

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Ronaldo Sprenger Dreger

**O Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o  
reassentamento da Vila Chocolatão: um trabalho de rede  
social**

Porto Alegre  
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Ronaldo Sprenger Dreger

**O Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o  
reassentamento da Vila Chocolatão: um trabalho de rede  
social**

Monografia apresentada à UFRGS como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Especialista em Administração

**Orientador** : Profª. Drª Maria Ceci Misoczky

Porto Alegre  
2006

Ronaldo Sprenger Dreger

**O Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o  
reassentamento da Vila Chocolatão: um trabalho de rede  
social**

Monografia apresentada à UFRGS como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Especialista em Administração

Aprovado em \_\_\_\_\_ de 2007.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr..

---

Prof. Dr.

---

Profa. Dra.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer primeiramente à minha esposa e filhos pelo inestimável apoio e pela compreensão de tantas horas privadas do convívio familiar. Também agradeço ao grande parceiro Vilson Velasque que tanto agregou conhecimento sobre a reciclagem de materiais, como também quanto a forma de trabalhar com comunidades em risco social. Agradeço, especialmente, ao Desembargador Nylson Paim de Abreu que como Presidente do Tribunal, na sua vontade política, sensibilidade humanitária e confiança no projeto, propiciou a condução desse trabalho de relevância social. Finalmente, agradeço a minha orientadora, Dr<sup>a</sup> Maria Ceci Misoczky que me indicou um norte na hora da escolha do trabalho e um porto seguro na sua confecção teórica.

## **RESUMO**

Este trabalho trata de redes sociais como estratégia para a soluções de problemas locais, tomando como referencial tanto questões como o uso das tecnologias da informação e da comunicação em funcionamentos de redes em geral, como a pertinência dos estudos sobre movimentos sociais para a compreensão do funcionamento de redes. Aborda-se, também, o conceito de redes e suas tipologias e características, bem como os princípios aplicáveis a esses novos atores sociais que operam em rede. Finalmente, se busca trazer uma visão pragmática e técnica sobre o funcionamento da rede social criada para o reassentamento da Vila Chocolateão, como uma forma de resolução de um problema constatado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

## **ABSTRACT**

This work treats about social networks as a strategy of solution of local problems, taking as reference as much questions like the use of information and communication technologies in the functioning of networks in general as the pertinence of studies about social movements to understand the functioning of networks. It is also studied the concept of networks and its typologies and features, as well as the principles applicable to those new actors that work in networks. Finally, it is tried to carry a pragmatic and technical view about the functioning of the social network created to resear Chocolatão shanty-town, as a way to solve a problem verified by Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>008</b>
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	008
1.2 JUSTIFICATIVA.....	011
1.3 OBJETIVOS.....	012
<b>2 REDES E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs).....</b>	<b>013</b>
<b>3 MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES.....</b>	<b>019</b>
3.1 A ABORDAGEM EUROPÉIA.....	021
3.2 A ABORDAGEM NORTE-AMERICANA.....	021
3.3 A ABORDAGEM LATINO- AMERICANA.....	024
<b>4 O QUE SÃO REDES.....</b>	<b>029</b>
4.1 CONCEITO DE REDES.....	032
4.2 TIPOLOGIAS E CARACTERIZAÇÕES DE REDES.....	040
4.3 PRINCÍPIOS E PADRÕES APLICÁVEIS AOS ATORES DE REDES SOCIAIS.....	044
<b>5 A VILA CHOCOLATÃO E A SUA REDE SOCIAL.....</b>	<b>050</b>
5.1 OS ATORES DA REDE E SUA RELAÇÕES INTERNAS.....	055
5.2 A GESTÃO DA REDE E DA INFORMAÇÃO.....	061
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>066</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>069</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>072</b>
<b>ANEXO II E II.....</b>	<b>085</b>
<b>ANEXO IV.....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXO V.....</b>	<b>102</b>
<b>ANEXO VI.....</b>	<b>105</b>

## 1) INTRODUÇÃO

### 1.1) DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Há quase 20 anos, teve início um processo de favelização no núcleo de uma área próxima ao centro da cidade de Porto Alegre que havia sido destinada, exclusivamente, à implantação de um centro de serviços públicos federais, no Estado do Rio Grande do Sul.

Esse processo teve um início tímido, até o ano de 2003, mas da lá para cá houve um crescimento expressivo, o que agravou sobremaneira o problema, abrigando, hodiernamente, perto de 500 pessoas e com forte tendência a um aumento ainda maior. Tal Vila é formada basicamente de catadores de lixo urbano que vivem da venda de produtos separados para a reciclagem. Essa matéria prima é recolhida do centro da cidade com a utilização de carrinhos e carroças.

Como é do conhecimento público, esse não é um problema exclusivo da Vila Chocolateiro, mas sim dos grandes centros urbanos do país. Ocorre que, passados 20 anos de sua existência, não se conseguiu eliminar, nem em parte, a situação de risco social, apesar de variadas promessas e diferentes pleitos de ações sociais pelo poder público. Não se alcançou, de fato, uma melhoria significativa nas precárias condições de vida e de trabalho a que estão submetidas essas pessoas. Não foram implementadas políticas eficazes ou ações capazes de erradicar, ainda que no mínimo, o risco social inerente a esse tipo de problema. Registre-se, por exemplo, a formalização do pleito subscrito por Órgãos Públicos Federais e a Prefeitura de Porto Alegre junto ao Ministério das Cidades (Anexo 1). Lá se obteve a reserva de recursos financeiros na ordem de dez milhões de reais, verba originária do BID, objetivando a confecção e implantação de um amplo projeto que, por não ter sido realizado pelo Município<sup>1</sup>, culminou na perda dos recursos. Outro exemplo de atuação foi a abertura de Inquérito Civil

---

<sup>1</sup> Segundo o Ministério das Cidades, ocorreram soluções de continuidade em diversos projetos municipais com a troca dos Prefeitos por ocasião das eleições Municipais em 2004. Sem elucidar se por descaso ou falta de informação, o fato é que não foram enviados os projetos necessários para garantir os recursos destinados pelo BID. Isso impediu inclusive de ser novamente solicitada a verba, restando então buscar outras formas de financiar o projeto da Vila Chocolateiro. Por outro lado, os registros eletrônicos e documentos expedidos pela administração municipal anterior não estavam à disposição dos novos gestores que assumiram em 2005. Creio que a falta de transmissão das questões pendentes da antiga administração para a nova, a ausência de comunicação pelo Ministério das Cidades às Prefeituras sobre o escoamento de prazos, e a falta de registros e documentos internos, acabaram por gerar a descontinuidade dos serviços. É lamentável que se obtenham recursos financeiros e esses sejam drenados pela falta de orquestração, fazendo do serviço público em geral um serviço político em particular.



(IC 039/2002 – Anexo 2, em parte) pelo Ministério Público Estadual e do Processo Administrativo (nº 1700/2003 – Anexo 3, em parte) pelo Ministério Público Federal que buscaram intervir na situação, mas que concretamente também não alcançaram a efetividade pretendida. Além dessa ausência de conquistas concretas, o quadro geral da Vila enfrenta um outro complicador, porque, sendo a área de próprios do Poder Público Federal, a Advocacia Geral da União foi instada a interpor ação reivindicatória de posse que tramita junto a 5ª Vara Federal de POA/RS (nº 2000.71.00.000973-1). Registre-se que a liberação da área é importante para o usuário dos serviços públicos, pois impulsiona o desenvolvimento das atividades prestadas pelos órgãos públicos que avizinham a vila e até outros que pretendem ali se estabelecer.

O TRF-4ª Região também tem necessidade de se expandir para melhor atender ao seu público alvo. Nesse diapasão, a alta administração da Corte resolveu então eleger tal situação como um problema institucional e, assim, envidar esforços para desocupação da área, não numa retirada forçada, mas com a inclusão social e o reassentamento das pessoas da Vila, de forma sustentável, especialmente quanto à geração de trabalho e renda. Destarte, na condição de servidor do Tribunal, fui designado pelo Presidente da Corte para essa missão, em agosto de 2005, devendo não só encontrar e fixar os caminhos que levassem à solução do problema, mas também acompanhar permanentemente toda a execução do trabalho. Tal percepção do problema vem robustecida pelas inexitosas experiências anteriores que, talvez por falta de acompanhamento ou por inexistência de coordenação, mostraram-se ineficazes para erradicar o risco social existente na Vila Chocolateiro.

O estudo do presente caso, portanto, busca trazer à colação uma experiência empírica que, até o presente momento, vem se mostrando bem sucedida, apesar de encabeçada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Órgão do Poder Judiciário Federal, cuja vocação principal não é executiva, mas jurisdicional. No entanto, mesmo não sendo órgão de natureza administrativa, vem demonstrando capacidade tanto para criar, como para gerir recursos. Essa força se assenta num conjunto de atores interdependentes, voltados a um objetivo comum, de grande relevância social, que busca a concretização de uma política pública complexa e completa de reassentamento de famílias carentes (**Figuras abaixo**).

PRIMEIRA VISITA NA VILA – AGOSTO DE 2005



## 1.2) JUSTIFICATIVA

Primeiramente, o estudo do caso da Vila Chocolatão é justificado pela peculiar condição de estar alavancado pelo Poder Judiciário, não no exercício de sua competência jurisdicional, mas em atividade exclusivamente administrativa e este espaço é extremamente rarefeito no cenário estatal. Não há embargos também quanto a voluntariedade do TRF-4ª Região no projeto da rede para inclusão social da Vila, pois ainda que se pudesse alegar interesse na retomada da área ocupada, não haveria obrigatoriedade de participação da Corte, vez que a competência legal de tal política pública é do Poder Executivo e, por outro lado, a possibilidade de retomada estava garantida pela ação reivindicatória de posse e só não teve seguimento, porque o próprio Tribunal interveio para suspender o processo. Além do mais, o Ministério Público, tanto Estadual como Federal, já pressionavam a Prefeitura para uma resposta ao problema.

Por outro lado, enquanto os estudos tentam propor o novo perfil do militante social, o Tribunal surge como ator social, abrindo uma enorme possibilidade de novas conexões. E esse novo ator traz a experiência de Órgão fracionário, i.e., onde o funcionamento interno é de menor concentração de poder, pois dividido igualmente entre seus membros, e com tradição em deliberações de consenso em processos onde as partes devem ter tratamento isonômico, características que sem dúvida encontram similaridade no funcionamento de redes.

Contextualizando o estudo de redes no caso da Vila Chocolatão, não só o projeto restará bem desenhado nas suas peculiaridades, mas se poderá dar proeminência no foco que recai na relação estabelecida entre os parceiros, bem como a atuação de cada ator. Também na relevância de haver limite geográfico circunscrevendo a ação do grupo ou as soluções de gestão como o registro e compartilhamento das informações, bem como as dificuldades internas e externas ou a adequação da informação como fonte de poder. Todo isso entre outras variáveis, culturais, sociais ou políticas encontradas no público alvo da ação, bem como a mobilização de recursos e todo o complexo que envolve o caso empírico, mas que podem contribuir para aprimorar a compreensão teórica do trabalho em redes sociais.

Por outro lado, tal precedente de criação e coordenação de uma rede social, emergindo num Centro Administrativo Federal, trará elementos para outros órgãos públicos, mormente os que não possuem atividades executivas em suas finalidades, a participarem institucionalmente como atores e partícipe do palco social, diferentemente dos seus funcionamentos na potestade estatal.

Justifica-se, por fim, o indigitado estudo do caso, para compreensão da vontade política interna motivadora da ação, seus aspectos práticos para a Instituição e seus contornos políticos e emocionais, pois mesmo onde há regramentos, cultura e valores agregados, existem por detrás as pessoas como elemento comum. Portanto, também nessa área podem-se perceber *insights* teóricos e práticos que robustecem a missão central das organizações, sem que haja empecilho de se operarem ações com escopo social, mas tão-somente de que tais questões mantenham um *minus* de contato com os fins da Instituição. No caso da Vila Chocolateiro, a conformação do aspecto interno institucional foi tão bem trabalhada que restou veiculada em rede nacional pela TV Justiça, como exemplo de atuação administrativa.

### **1.3) OBJETIVOS:**

O propósito do estudo é conhecer o detalhamento que se exige para a compreensão das redes em geral, e em particular das redes sociais, bem como o seu funcionamento. O objetivo inicial é verificar a relevância das tecnologias da informação e da comunicação e o panorama histórico dos movimentos sociais, para se perceber características afins e estabelecer os conteúdos das atuais redes, verificando seus conceitos, tipos, características, princípios e padrões aplicáveis.

Especificamente, ao determinar o grau de relevância que as tecnologias da informação e comunicação têm para as redes, particularmente a de movimentos sociais, com a compreensão das teorias relativas a este ponto, pode-se verificar se no estudo do caso da Vila Chocolateiro estão presentes tais características descritas nos conceitos de redes e determinar se os atores possuem as características identificadas na teoria e os princípios que se pode aplicar a esses atores, bem como identificar outras características que possam contribuir para o estudo de redes sociais. Se quer também descrever, além dos eventos que se relacionam internamente, as características do caso a luz da doutrina colacionada, bem como as intervenções que foram feitas nas ações que impulsionaram a rede e sua aproximação com a conformação teórica de sua gestão e caracterização.

## 2) REDES E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)

Ao olharmos para as organizações em rede, hodiernamente, por vezes não percebemos que há uma outra rede de suporte mantendo a primeira operante. Trata-se de toda uma rede que usa a tecnologia da informação e comunicação como o próprio objetivo da rede. “Os elos básicos – os fios – que dão consistência a uma rede são as informações que transitam pelos canais que interligam seus integrantes. Inclusive podem se organizar redes com o único objetivo de intercâmbio de informações”. (WHITAKER, 1993). “Um dos aspectos mais interessantes das redes comunicacionais é a sua invisibilidade: estamos cada vez mais “enredados” nas redes comunicacionais e mal nos damos conta disso. Para a geração que nasce, o “embalar” dessas redes será tão essencial e invisível como uma segunda natureza.” (UFBA – Cátedra Andrés Bello, p. 32).

As tecnologias modernas, como a biotecnologia, a robótica e a tecnologia da informação, especialmente esta última, com o desenvolvimento de softwares, sistemas de comunicação de dados, computadores, vídeos, televisores, fax, edição de imagens em televisão, comunicação por satélite, internet etc, permitiram que o trabalho renda muito mais, com redução de custos de produção, redução de desperdício de materiais etc, em que pese também gerarem exclusão social (MANCIE, 2002, p. 92 e 93). Popper diz que há duas categorias de invenções: as que ajudam a indústria a crescer (como a máquina a vapor de James Watt) e as invenções culturais de maior importância, como a linguagem humana, a escrita, o livro impresso, a máquina de escrever, o computador etc: deve se fazer um “panegírico ao lugar que a tecnologia ocupa na cultura humana” (POPPER, 2001, p. 140).

A comunicação, pontualmente, subordina o resultado social alcançado pelo homem. Já em 1964, Fuller sustentou que a comunicação é indispensável à sobrevivência da espécie humana e a sua relevância pode ser percebida na experiência social vivenciada na terra. Referido autor afirma, *in verbis*:

[...] o ser humano esteve apto a sobreviver até agora por causa da sua capacidade de comunicação. Em competição com outras criaturas, geralmente mais fortes do que ele e às vezes dotadas de sentidos mais aguçados, o ser humano foi até agora o vencedor. A sua vitória ocorreu porque ele pôde adquirir e transmitir conhecimento e porque pôde conscientemente e deliberadamente efetuar uma coordenação de esforços com outros seres humanos. Se, no futuro, o ser humano tiver sucesso em sobreviver aos seus próprios poderes de auto-destruição, será porque pode comunicar-se e alcançar entendimento com os seus companheiros. [...] A comunicação é algo mais do que um meio de permanecer vivo. É uma forma de estar vivo. [...] **Como e quando realizamos comunicação uns**

**com os outros, podemos expandir ou contrair os limites da própria vida**<sup>2</sup>. (FULLER, 1964, p. 185 e 186, grifo nosso).

O nosso tópico se debruça tão-somente sobre a tecnologia da informação e comunicação no que é relevante para o estudo de redes sociais, pois ao largo das considerações sobre a matéria tais tópicos restam diluídos na complexidade do conjunto. Nem por isso deixaremos de realçar, nesse capítulo, outros elementos relacionados, por entendermos ser o momento mais oportuno para um ou outro destaque.

Como refere Gohn (2003, p. 13), “na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utiliza-se de muito **dos novos meios de comunicação e informação, como a internet**.”(grifei). Para o nosso enfoque, o assunto começa a ter relevância com a interdependência global das economias de todo o mundo, no final do século XX. Nesse momento, Estado e sociedade passaram a ter uma nova relação. O fim do movimento comunista internacional e a própria reestruturação do capitalismo, levaram a criação de **novos modelos de funcionamento das sociedades, muitas vezes gerando uma organização em redes de interação e relacionamentos internos e entre grupos distintos**. As relações entre os indivíduos também mudou. Viu-se a diminuição gradativa das diferenças sociais entre os sexos, as mudanças das relações com o meio ambiente, com o trabalho, na atuação política etc. Por outro lado as novas **TICs** modificaram a forma das pessoas interagirem e se comunicarem, formando uma sociedade que não mais se compreende *vis a vis*<sup>3</sup>, mas por fax, mensagens de celulares, microcomputadores domésticos e portáteis, dvds, vídeos conferências etc. As primeiras reações a esta nova realidade têm início nas empresas e nos negócios ou, então, nas relações de trabalho. É só mais tarde que a tecnologia passa a ser realidade também em outros setores da sociedade, onde também emerge o relacionamento de redes variadas, inclusive de movimentos sociais, mesmo que inicialmente de forma fragmentada e de tendência endógena. Os movimentos que se formavam alavancados pelas religiões, etnias, ou por questões territoriais próprias ou mesmo de natureza nacionalista tem agora uma base sedimentada

---

<sup>2</sup> “[...] man has been able to survive up to now because of his capacity for communication. In competition with other creatures, often more powerful than he and sometimes gifted with keener senses, man has so far been the victor. His victory has come about because he can acquire and transmit knowledge and because he can consciously and deliberately effect a coordination of effort with other human beings. If in the future man succeeds in surviving his own powers of self-destruction, it will be because he can communicate and reach understanding with his fellows. [...] Communication is something more than a means of staying alive. It is a way of being alive. [...] How and when we accomplish communication with one another can expand or contract the boundaries of life itself.”

também na **tecnologia da informação, onde a mídia ampliou sua capacidade de difusão, ocupando um papel mais expressivo**. É relevante observar o quanto as inovações trouxeram de benefício ou prejuízo na sinergia dos movimentos. Veja-se, por exemplo, a questão da **identidade coletiva** cuja dinâmica já atraía a atenção de Castells, referindo que no mundo da riqueza, do poder e da imagem, a busca pela identidade, quer seja coletiva, individual, atribuída ou construída, passa a ter significação social, mas, por outro lado, refere o autor:

(...) No entanto, a identidade está se tornando a principal e, às vezes, única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras. Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. Enquanto isso, as **redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países**, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas. Segue-se uma divisão fundamental entre o instrumentalismo universal abstrato e as identidades particularistas historicamente enraizadas. *Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser*. (CASTELLS, 2002, p. 41, grifo nosso).

O início dessas mudanças tem como referencial prático o desenvolvimento das **tecnologias da informação** nos Estados Unidos, notadamente no Vale do Silício, em São Francisco, onde foram desenvolvidos, entre outras, as tecnologias da micro computação. Na verdade a grande penetração da tecnologia da informação no cotidiano mundial foi facilitada por volta dos anos 80, pelos japoneses, que introduziram os videocassetes, fax, videogames etc na vida diária das pessoas. Mas já nos anos 90 a liderança era reassumida pela competitividade norte-americana. O setor como um todo evoluiu com alianças e **formação de redes entre empresas de diversos países**. Empresas japonesas, taiwanesas, coreanas, indianas e europeias, bem como especialistas da Índia e China fizeram da Baía de São Francisco, no Vale do Silício, o centro de uma **rede comercial de inovações tecnológicas**. Quando a **Internet foi privatizada** e se tornou **tecnologia comercial**, o Vale do Silício já detinha as principais empresas de equipamentos e acessórios para uso na *web*. No Brasil, em 1996, com o uso comercial e doméstico da internet, as redes existentes tiveram um novo alento, destacando-se, além das diversas listas de discussões e comunidades virtuais, a criação da **ONG Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS)**, em 1988, primeira organização nacional voltada especificamente para o fomento da organização em rede e do

---

<sup>3</sup> O processo de comunicação “frente-a-frente” é bem mais amplo do que simplesmente a transmissão de mensagens sem expressão corpórea ou significados de símbolos e signos que dão solidez ao debate.

uso de ferramentas para o trabalho colaborativo à distância (COSTA et al, 2003, p. 12). Aliás, segundo Castells, tais efeitos dessa **revolução no desenvolvimento da tecnologia da informação podem ser estendidos para o resto do mundo**, ainda que não bem pelo padrão norte-americano verificado no Vale do Silício ou de outros centros dos Estados Unidos, mas pela **força cultural e empresarial que as grandes metrópoles do mundo possuem**. Assim conclui Castells:

Porém, o **caráter metropolitano** da maioria dos locais da revolução da **tecnologia da informação** em todo o mundo parece indicar que o ingrediente crucial em seu desenvolvimento não é a novidade do cenário cultural e institucional, mas sua capacidade de gerar sinergia com base em conhecimentos e informação, diretamente relacionados à produção industrial e aplicações comerciais. A força cultural e empresarial da metrópole (antiga ou nova – afinal de contas, a área da Baía de São Francisco é uma metrópole de aproximadamente seis milhões de habitantes) faz dela o ambiente privilegiado dessa nova revolução tecnológica, **desmistificando o conceito de inovação sem localidade geográfica na era da informação.**” (CASTELLS, 2002, p. 105, grifo nosso).

O raciocínio do autor segue no sentido de que o **desenvolvimento das tecnologias da informação e a nova forma de se relacionar no mundo globalizado**, alteraram as práticas das empresas globais nos modelos multinacionais ou de empresas transnacionais, considerados então ultrapassados, para uma nova forma básica de organização da economia **informacional/global que é a estruturação de redes internacionais**, classificando-as em cinco tipos diferentes: **1) redes de fornecedores; 2) redes de produtores (acordos de co-produção); 3) redes de clientes (encadeamentos entre as indústrias e distribuidores, canais de comercialização, revendedores etc); 4) redes de coalizões-padrão (ocorre pelos padrões globais definidos que atrelam empresas ao seu produto de domínio); e 5) redes de cooperação tecnológica.** (2002, p. 250 e 251). As novas estruturas sociais, da mesma forma, têm dado preferência pela **organização em redes**, como uma nova proposta de funcionamento **viabilizada pela tecnologia da informação e comunicação**, sua base material, que é **capaz de permeabilizar as citadas estruturas**, modificando, assim, a sua operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Com a ressalva que **a sociedade em rede ainda é uma sociedade capitalista**, Castells refere que “a inclusão/exclusão em redes e a arquitetura das relações entre redes, **possibilitadas por tecnologias da informação** que operam à velocidade da luz, **configuram os processos e função predominantes em nossas sociedades.**” (2002, p. 565-567, grifo nosso). Da mesma forma, Gohn refere que as “**redes são estruturas da sociedade contemporânea globalizada e informatizada.**”(2003, p. 15, grifo nosso). Certamente, a diversidade de atores sociais,



capacidade de mobilização de recursos, fomento de parcerias e o espectro mais amplo de cooperação social, formadores do capital social mais amplo das metrópoles, trouxeram paralelamente um grande impulso não só ao **desenvolvimento das TICs**, mas as **produções teóricas sobre os movimentos sociais**. Isso porque, ao modificar a forma de interação e comunicação estabelecida entre os atores sociais surgiu, por via de consequência, um capital social diferenciado. Melo Neto e Froes, sobre o capital social, comentam:

“A formação de parcerias envolvendo governo, empresas, entidades do Terceiro Setor é indispensável para o reforço de identidades e a criação de sinergias.

A existência desses dois fatores – **identidade e sinergia** – facilita a otimização das ações sociais, a produção de economia de custos, ganhos de escala, esforço cooperativo e maior compromisso com as metas institucionais e participação grupal.” (2002, p. 58-59, grifo nosso).

Também é bastante enfatizada pelos autores a estreita ligação entre a formação do capital social e a constituição de redes, sejam sociais, de informação, tecnológica, educacional, ou de ações e entidades com propósitos comuns ou complementares, o que nos leva a relacionar tais tópicos também com **a questão das TICs**, sendo certo afirmar interdependência entre esses fatores. A questão do espaço geográfico onde se desenrola o esforço coletivo também interfere nessa questão. Tal pensamento pode ser extraído da literatura especializada, principalmente após os anos 90. Neste período ocorreram outras formas de organização popular, mais institucionalizadas, tais como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, Fórum Nacional de Participação Popular, etc. (GOHN, 2003, p. 20). De lá para cá, a literatura vem mantendo na pauta a necessidade de aprofundamento da ligação entre esses elementos, com destaque nas questões da comunicação de massas e do uso das tecnologias da informação. Schere-Warren pondera, *in verbis*:

Finalmente, creio que as perspectivas de análise dos movimentos sociais para os anos 90 devem considerar o papel das **tecnologias de informação e dos meios de comunicação de massa** nas formas de organização da sociedade civil. Mesmo porque este campo teve um desenvolvimento notável nos últimos anos. Resta verificar em maiores detalhes, tanto nos meios de comunicação de massa como na imprensa alternativa, os espaços de massificação, de uniformização, de consolidação de ideologias dominantes versus espaços de contestação das formas de dominação ou discriminação, de difusão de propostas alternativas de vida social de novos valores universalizáveis de acordo com os interesses dos novos atores coletivos mencionados, **bem como o espaço para a formação e comunicação das redes de movimentos**. Para concluir, poderíamos perguntar com Seigney (1990), se a satelitização da comunicação estaria conduzindo a humanidade a uma unidade espiritual, ao multilateralismo das relações internacionais e à preocupação das nações e seus povos em torno de problemas comuns, tais como a degradação ambiental, a pobreza e a

desigualdade, o status da mulher na sociedade, padrões e práticas de direitos humanos, tráfico e uso de drogas ilegais e outros. Parece-me, contudo, que a humanidade como um todo está longe de qualquer uniformização de valores. Há forças sociais que atuam nas mais diversas direções. Aqui têm sido destacadas aquelas que, embora apresentem contradições, têm-se preocupado e defendido a resolução de problemas da natureza dos apontados acima, e esta é um opção ética (2005, p. 25, grifo nosso).

Há, portanto, um cuidado necessário na institucionalização dos meios de comunicação e no uso tecnologias da informação. No Brasil deve ser considerado o processo de individualização e alienação social que se agrava pela desordenada migração rural-urbana, fator desestabilizante das relações originárias das pessoas e que resulta no distanciamento, das concepções culturais, do trabalho, dos valores ou das identidades. O alerta é de que as **oportunidades de interação coletiva motivadora da construção de identidades sociais erguida na pluralidade dos atores vêm cedendo espaço aos meios de comunicação de massa, especialmente a televisão**, onde o indivíduo não interage e pior, **se sujeita a dominação ideológica**. Isso favorece a desmobilização, e nesse aspecto **a questão das TICs tem sido elemento de enfraquecimento das redes de movimentos sociais**. Talvez isso também explique porque muitos pesquisadores já preferem se dedicar mais as questões da desmobilização, recorrente em casos de crises, do que elaborar, nessas circunstâncias, novas propostas de mobilização, como são os estudos relativos as redes de movimento social. Se antes a comunicação encontrava muralhas no analfabetismo comum, hoje há, também, o **analfabetismo digital**<sup>4</sup>, contribuindo talvez de forma ainda pior para a desarticulação dos movimentos e de sua identidade, na proporção que grande parte da comunicação entre as pessoas e grupos está justamente centrada nessas tecnologias da informação.

Destaca-se, assim, uma certa dialética na concepção mais ampla de redes sociais, onde o espaço geográfico de sua atuação, a identidade coletiva forjada no movimento social, a sinergia e o capital social gerado no seu núcleo, a interação com as novas tecnologias da informação e com a mídia nos meios de comunicação de massa, formam o conjunto da própria engrenagem da estruturação social. Torna-se necessário, portanto, para bem entendermos essa engrenagem, um breve olhar teórico sobre a construção dos movimentos sociais, objeto do próximo capítulo.

---

<sup>4</sup> A melhor expressão seria **analfabetismo das TICs**, pois é pequena a parcela da população que detém acesso a aquisição e uso da telefonia celular de última geração, mp3, ipod e outras tecnologias (à internet, só 12% tem acesso) que se desenvolvem quase na prontidão do pensamento, bem como acesso a mídia.

### 3) MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES

A compreensão do conceito de redes sociais e a tecnologia empregada na sua formação reclamam uma visão, ainda que geral, sobre os debates a respeito dos movimentos sociais. Estudar esta realidade multifacetária traz, também, a possibilidade de análise do cenário de redes, mormente no Brasil aonde a constituição de movimentos sociais vem se formando a partir dessas redes e com grande diversidade de atores (SCHERER-WARREN, 2005, p. 9-11). Por outro lado, além do destaque que se deram quanto à relevância do uso das tecnologias da informação e dos meios de comunicação, há outros elementos relevantes para o estudo de redes sociais que têm manancial nos estudos dos movimentos sociais. Questões como o capital humano, o social ou a sustentabilidade, que segundo Melo Neto e Froes somados nos dão, em tese, a nova fórmula do desenvolvimento social, são engendrados em redes na forma de inovadores arranjos institucionais (2002, p. 59). E mais, são encontrados nos estudos dos movimentos sociais, donde lhes retiram seus próprios conteúdos. Veja-se, v.g., a abordagem de Gohn (2005, p. 56-57) sobre a questão do capital social:

Roberto Putnam desenvolveu o conceito de comunidade cívica caracterizada por “cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração. (Putnam, 1996:31) **Ele diz também que os hábitos democráticos derivam de relações horizontais, espírito de reciprocidade e cooperação.** Entretanto, a grande contribuição de Putnam foi articular estas formulações com um outro conceito, que ganhou nova significação nos anos 90: o de “**capital social**”. Para ele, o conceito de comunidade é impregnado de individualismo e o de capital social firmou-se nos círculos intelectuais americanos para substituí-lo. Para Putnam, o capital social deve ser analisado por analogia com as noções de capital físico e capital humano, ferramentas e treinamento para intensificar a produtividade individual – **o cerne da idéia da teoria do capital social é que as redes têm valor...** Enquanto capital físico refere-se a objetos físicos e capital humano refere-se a propriedades dos indivíduos, **capital social refere-se à conexão entre indivíduos, redes sociais e as normas de reciprocidade e lealdade que nascem deles.** Nesse sentido, capital social é claramente relatado como algo chamado “virtude Cívica”. **A diferença é que “capital social” chama atenção para o fato de que a virtude cívica é mais poderosa quando imersa numa densa rede de relações sociais recíprocas.** “Uma sociedade de muitos indivíduos virtuosos mas isolados, não é necessariamente rica em capital social”. (PUTNAM, 2000, p. 18-19, grifo nosso).

Atualmente a literatura especializada tem utilizado capital social como a energia emanante de comunidades ou força produtiva desta, onde há recíproca confiança e solidariedade das pessoas que tecem redes de esforços coletivos para superação dos problemas comuns, gerando processos de mudanças. Não que todo o movimento social tenha o condão de gerar mudanças, mas sim que uma das formas de promover mudança social é

através dos movimentos sociais. Como relata Gohn (2005, p. 57-58), o exagero das idéias comunitaristas (Emerson, Thoreau, Whitman e Tocqueville) norte-americanas quanto a importância do papel dos indivíduos, subestimaram a criação das **redes de esforços coletivos**, gerados pelo capital social. Nesse contexto mais micros social, não há embargos quanto a relevância **da questão territorial e a capacidade de gerar sinergia nesses espaços para o surgimento do capital social**. Num determinado território se possibilita a participação dos atores, viabiliza-se o processo de mudança e transformação da sociedade, concentrando-se forças e energias sociais que criam poder e, também, experiências sociais e dificuldades, superadas por meio de **redes de solidariedade**. Castells, nos anos 70, rejeitou os estudos baseados nas variáveis geográficas espaciais, baseando-se na corrente de análise marxista da realidade social. Mas após os anos 80 foi progressivamente abandonando o referencial marxista e, fortemente influenciado por Touraine, referiu-se as cidades modernas como um espaço de alienação coletiva e violência individual, sendo **os movimentos uma espécie de resistência**, onde destaca que: “a história e a sociedade são formadas por uma articulação de **experiência, produção e poder**. A experiência está basicamente estruturada ao redor de relações de sexo e gênero, a produção é organizada em relações de classe e o poder está estabelecido a partir do Estado” (GOHN, 2006, p. 192). Já no mundo globalizado, Castells afirma **que as redes constituem a nova morfologia social da sociedade civil** (2002, p. 565). Gohn refere que no ocidente, **sociedade civil** é interpretada como o aperfeiçoamento dos processos deliberativos democráticos, para criar mais espaço público (2005, p. 60-62). Sob este enfoque, refere que o trato das relações políticas num dado território, relativos à interação entre os grupos e a sociedade política, propicia a idéia de **governança social e é onde se criam redes** as quais as pessoas pertençam e participem (**por comissões, conselhos, fóruns etc.**). Na idéia de governança social a **disponibilização da informação** é direito das redes e dos atores.

Na há dúvida que o tema relativo a movimentos sociais adquiriu maior relevância com a globalização e o enfraquecimento do Estado no enfrentamento dos problemas reclamados pela sociedade civil, surgindo novos debates e novos matizes nos estudos desses movimentos. Mas a literatura pertinente ao nosso estudo tem marco anterior à globalização, notadamente pelas abordagens européias, norte-americanas e algumas propostas tecidas na América latina, bem como as influências teóricas que os movimentos sociais no Brasil sofreram a partir da década de 70.

### 3.1) A ABORDAGEM EUROPÉIA:

Nos Estados Unidos, a matéria ganhou grande interesse e produção nos meios acadêmicos no início da década de 40, mas após os anos 60, foi na Europa que surgiu um novo movimento que tinha por oposição, principalmente, o paradigma marxista até então utilizado. Com a denominação de Novo Movimento Social (NMS), largava-se tanto a visão somente macro dos problemas sociais, como as teorias que viam os movimentos sociais pela lógica racional dos atores, dentro de uma concepção de negócios ou cálculos estratégicos, passando-se a ter uma análise mais microssocial dos movimentos. Os principais protagonistas que motivaram diversos outros estudiosos foram Touraine, na França, Offe, na Alemanha e Melucci, na Itália. Esses autores propuseram o enfrentamento de questões importantíssimas, relacionadas aos aspectos **culturais, ideológicos, de solidariedade entre atores sociais, mas, principalmente, a identidade coletiva** que surgia nesses movimentos e não só a racionalidade instrumental ou estratégica tão defendida pelas correntes norte-americanas.

É pelo NMS que emerge o termo “atores sociais” como um **coletivo não-hierarquizado**, que luta contra discriminações ao acesso de bens e serviços, ao mesmo tempo em que mostra a inconsistência desse sistema e os seus efeitos deletérios. A política, agora, passa a integrar inclusive as práticas de relações microssociais e o poder público, a ser visto também como da sociedade civil e não só do Estado. **Aliás, as teorias das redes sociais surgiram na perspectivas de articular essas visões macro e micro dos movimentos sociais**. No entanto, o NMS não se caracteriza como um novo paradigma completo, pois suas matrizes teóricas encontram base na revitalização da teoria da ação social weberiana, durkhemiana, parsoniana contemporânea, neomaxistas, bem como nos pensamentos frankfurtianos, entre outros. (GOHN, 2006, p. 133-134).

### 3.2) A ABORDAGEM NORTE-AMERICANA

Por outro lado, as primeiras teorias sobre movimentos sociais têm origem norte-americana, especialmente nos trabalhos de: 1ª) Herbert Blumer – 1949 - (Escola de Chicago); 2ª) Lipset e Heberle – 50/51 – (forte acento em variáveis políticas); 3ª) Turner e Killian, Goffman, N. Smelser e David Aberle – 1957, 59, 62 e 66 – (análise de questões psicossociais e de formas elementares de comportamento, até a construção de ações coletivas em grande escala). Incluem-se a essas teorias as obras de ações coletivas de Eric From e Hoffer –

1940/50 - (Teoria sobre a sociedade de massas) e Gusfield e Selznick – (1952 e 55) (de abordagem organizacional-institucional). Com as transformações políticas ocorridas nos Estados Unidos nos anos 60, os movimentos sociais de então foram explicados pela **Teoria da Mobilização de Recursos (MR)**, cuja ótica era de cunho **burocrática organizacional** e onde as variáveis mais relevantes se resumiam, principalmente, nos **recursos humanos, financeiros e de infra-estrutura**. Tais movimentos somente surgiriam se e quando os recursos econômicos, humanos e de comunicação estivessem estruturados como oportunidades política para a ação coletiva numa avaliação de custo e benefício no atendimento de metas e objetivos. Trata-se de uma teoria com visão eminentemente economicista onde se afastou o enfoque psicossocial ou mesmo o papel das crenças compartilhadas ou da identidade pessoal tratados no passado pelas obras clássicas, tendo como base a teoria do utilitarismo. Gohn (2006, p. 58) enfatiza que movimentos de minoria não se encaixavam no modelo proposto pelo MR. Assim assevera:

Mayer vê ainda duas grandes lacunas na MR: a **negligência no processo de interpretação das carências e descontentamentos**, em que a ênfase numa racionalidade instrumental-propositiva não deixa espaço para tratar daquele processo: e uma **lacuna em relação ao sistema político**. Ela conclui que a teoria da Mobilização de Recursos exclui as novidades, e foram justamente estas novidades – nos movimentos ecológicos, pela paz, das mulheres etc. – que criaram uma nova agenda e um novo paradigma na Europa, expresso na teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS), que criaram ainda uma nova arena de relações entre o Estado e a sociedade civil.

Um dos críticos mais completos ao MR foi Cohen, enfatizando a **desconsideração da importância dos valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos sociais nos grupos que foram estudados**. Mesmo Tilly, havido por muitos como adepto da MR, após retrospectiva das teorias sobre a ação coletiva segundo Durkheim, Weber e Marx, partindo de um problema apontado por Marx, caracterizou o **papel relevante da ideologia e das crenças** na formação das ações coletivas. Buscou demonstrar como a **solidariedade comunal interfere nas associações voluntárias**.

Foi com a tentativa de reformular a teoria da Mobilização de Recursos que se desenhou a proposta de Mobilização Política (MP) como outra teorização dos movimentos sociais. Tal reformulação já se iniciara nos anos 70, onde além de aspectos organizacionais jungidos a lógica econômica, os debates se direcionaram para ver que **os movimentos sociais envolviam processos políticos e análises culturais dos discursos dos atores, i.e., todo o espectro de símbolos, ideário e práticas externados** nesses movimentos. Nessa nova

abordagem chamou-se a atenção que os **descontentamentos, ressentimentos e protestos** existem nas comunidades, conforme assinalavam os teóricos clássicos das teorias da ação social, sendo também fontes de recursos. Há uma **rede de relações sociais** forjada pelos movimentos, demonstrando que não podem ser explicados só por componentes econômicos, mas que há outros fatores, inclusive macroestruturais como: **o nível de organização do grupo em estado de carência e a realidade política de confrontação posta pelos líderes desafiadores**, num esquema de **rede de relações sociais entre os grupos coletivos**. Outros aspecto importante da MP é **a reintrodução da psicologia social** na análise dos movimentos, com a reconceituação da figura do ator, **das microrrelações sociais face a face** e a busca de especificação para os elementos gerados dentro de uma cultura sociopolítica, com determinados significados (GOHN, 2006, p. 71-73). Mais recentemente, nos anos 90, como já foi assinalado, a literatura vem enfatizando também a questão da mídia e o uso da informática, notadamente nas **redes da internet**.

A partir das críticas ao MR e pelo redirecionamento que lhe deu a MP, viabilizou-se um amplo debate com outras teorias, notadamente a NMS, resultando num melhor aparelhamento de ambas as teorias, tanto a MP quanto a NMS. O enriquecimento desse diálogo passou *a latere* de muitos analistas brasileiros, tanto que Gohn, ao falar sobre o paradigma latino-americano e a inicial influência teórica europeia, lembra que as abordagens norte-americanas foram estigmatizadas no entendimento de serem funcionalista-conservadora, enquanto as europeias seriam então progressistas e críticas, mas por desconhecerem o debate travado no cenário internacional, afastaram também o fato do **conceito de redes sociais utilizado no Brasil, a partir dos anos 90**, ter raízes na teoria norte-americana e não ser originário dos Novos Movimentos Sociais. Gohn faz a seguinte evolução histórica:

A produção norte-americana desenvolveu a partir dos anos 70 um diálogo com a produção europeia que provocou um enriquecimento de reflexão teórica para os dois lados. Este diálogo expresso em inúmeros debates, não foi abordado no Brasil, o país de maior produção de estudos sobre os movimentos sociais na América Latina. **Isto não quer dizer que o paradigma norte-americano tenha se alterado substancialmente, mas ele se desenvolveu em novas frentes, aumentou muito sua produção sobre os movimentos sociais, e várias teorias foram criadas.** Enquanto isso as teorias marxistas estagnaram e declinaram ao longo dos **anos 80**. A dos Novos Movimentos Sociais cresceu e se firmou neste mesmo período, para depois também se estagnar nos **anos 90**. Este cenário levou uma certa **“orfandade teórica” aos analistas latino-americanos nos anos 90**, por estarem bastante presos ao referencial europeu. (2006, p. 218).

Por outro lado, como já alertado por Castells, a tecnologia da informação trouxe nova conformação a noção de redes sociais, notadamente pelo uso da internet, fenômeno que no Brasil só ganhou fôlego por volta de 1996.

### 3.3) A ABORDAGEM LATINO-AMERICANA

Já a produção acadêmica latino-americana teve um grande impulso a partir dos anos 70, especialmente no México, Chile, Argentina, Costa Rica, Colômbia, Brasil e o estudo de alguns movimentos populares na Nicarágua e em El Salvador. Autores norte-americanos e europeus também contribuíram para essa produção com inúmeras pesquisas em países da América Latina. O que se pode observar é que em termos espaciais, seguindo a tradição desenvolvimentista das metrópoles, **foi também nos grandes centros urbanos dos países mais industrializados que se verificaram a articulação inicial dos movimentos, muito pela atuação das igrejas, sindicatos e com a atuação de alguns partidos políticos de oposição ao regime.** No campo, os movimentos sociais assumiram uma feição mais de rebeliões populares. Pode-se dizer de forma geral, em que pese todas as diferenças e formas de atuar, que as temáticas dos movimentos sociais na América-latina ocupavam um agenda relativa a questões étnicas, de gêneros e serviços de primeira necessidade, de postulações por terra e moradia e de educação, com importante destaque da participação feminina nos movimentos (GOHN, 2006, p. 221-222). Nesse período, como um marco importante, é citado o **Seminário de Mérida**, no México, onde as reflexões teóricas buscaram propor a transição para novas considerações paradigmáticas: do macro ao micro, do geral ao particular, da determinação econômica à multiplicidade de fatores, da ênfase na sociedade política para a atenção na sociedade civil, das lutas de classe para os movimentos sociais. Scherer-Warren (2005, p. 15-16) comenta os debates sobre essa transição no referido Seminário:

As possibilidades para esta transição paradigmática encontram algumas sementes tanto na contribuição dos convidados europeus (Touraine e Castells, sobretudo), como na intervenção de sociólogos latino-americanos presentes em Mérida (vide textos em ZENTENO, 1977). Naquele momento, Touraine estabelecia uma relação teórica entre as categorias de classe e movimentos sociais, e, em substituição a uma sociologia das contradições, pretende constituir uma sociologia do conflito. Portanto, em substituição à centralidade na análise das condições objetivas de classe (com ênfase na estrutura econômica), propõem o estudo das ações de classe, ações que podem ser defensivas ou contestatárias diante da dupla dialética da exploração e da dominação respectivamente. Para a sociologia da ação, o tema central é a historicidade, isto é, a capacidade de autoprodução da sociedade, a partir da posição e da relação dos atores sociais nos campos de acumulação, do conhecimento e da cultura. Portanto, as determinações econômicas e o politicismo ao olhar na ação da sociedade civil.



Castells situa paralelamente à análise das relações de produção as relações de reprodução: a questão das lutas e reivindicações em torno dos bens e equipamentos de consumo coletivo. Seus referenciais teóricos sobre as lutas urbanas na Europa serão amplamente utilizados para a análise dos movimentos sociais urbanos na América Latina.

Prossegue a autora, após algumas digressões sobre as posteriores contribuições trazidas por Laclau, concluindo a análise do período da seguinte forma:

Portanto, a noção de centralidade da classe social, da acumulação de forças em torno do partido e da tomada revolucionária do poder, passa a dar lugar, neste período, à análise da hegemonia e da possibilidade de criação de uma “vontade coletiva nacional-popular”. A ênfase que recaía antes na explicação dos condicionamentos infra-estruturais da ação de classe dará lugar ao exame dos potenciais de articulação em torno da categoria “povo” e dos nexos ideológicos relativos à categoria “nação”. O enfoque do período anterior nas lutas de classe cede lugar às interpretações em termos de lutas históricas nacional-populares, no sentido sugerido por Touraine e outros. Além das recorrências às teorias clássicas, especialmente as granscianas, os estudos de Laclau, Casanova, Portantiero e Weffort são também importantes referências deste período.

Costa chama a atenção que também no Brasil, pelas lutas contra a ditadura, redemocratização e pelos direitos humanos, o fenômeno da organização de movimentos sociais em rede já existia em 1960, mas foi só na década de 90, com as tecnologias da informação, que **a articulação em rede teve nova exteriorização** e com um papel político determinante na conquista e manutenção de direitos sociais. (2003, p. 11).

Passados os anos 70 e no início 80, a análise em termos de processos históricos globais dos movimentos sociais na América Latina cederia espaço para estudos intensivos sobre a organização de grupos específicos, seus aspectos peculiares, elementos inovadores e a formação de uma nova política que se desenvolvia na cultura popular, com ênfase positiva na sua espontaneidade, autenticidade e comunitarismo. De se registrar que na América-latina a igreja, os partidos e os sindicatos, sempre ocuparam um destacado papel como elos de ligação entre o movimento social e a sua rede de relacionamento externa, funcionando como assessorias. (v. GOHN 2006, p. 256-257). Foi destacada a mudança da cultura política nesse período, emergindo com força as visões sobre direitos sociais coletivos e cidadania.

Uma das referências importantes sobre os estudos da época é o projeto “Movimentos sociais frente à crise”, financiados pela Universidade das Nações Unidas (UNU) e pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Scherer-Warren (2005, p. 19-20). relata que o subprojeto coordenado por Calderón resume as seguintes práticas coletivas

estudadas na América do Sul (cada um dos pares expressa uma tensão entre possibilidades antagônicas):

- a) democracia *versus* verticalismo e autoritarismo dentro dos próprios movimentos;
- b) valorização da diversidade societal *versus* a tendência ao reducionismo e a monopolização da representação;
- c) autonomia diante de partidos e Estado *versus* heteronomia, clientelismo e dependência;
- d) busca de formas de cooperação, de autogestão ou co-gestão da economia diante da crise *versus* a dependência estatal e ao sistema produtivo capitalista;
- e) emergência de novos valores de solidariedade, reciprocidade e comunitarismo *versus* individualismo, lógica de mercado e competição.

As principais orientações de cada par têm dado o caráter de “novo” a estes movimentos sociais. Justamente, com fins heurísticos de contrapor orientações emergentes às formas tradicionais do agir político, frequentemente estas ações coletivas contemporâneas têm sido denominadas “novos movimentos sociais”. Além das obras já mencionadas, outras coletâneas trazem uma representação dos estudos que vinham sendo realizados acerca de novos atores e cultura política na América Latina (vide LECHNER, 1987 e SCHERER-WARREN e KRISCHKE, 1987).

Porém, no início dos anos 90 houve certo desinteresse pelos estudos dos movimentos sociais, migrando-se para temáticas como a da violência, da exclusão social ou novas práticas civis. “A centralidade da maioria dos estudos passa a ser as **redes de ONGs** e os mecanismos intitucionais da democracia participativa.” (Gohn 2006:280). Sherer-Warren destaca duas visões: a que não mais reconhece grande relevância nos movimentos sociais, preferindo analisar as crises, os “desmovimentos” (desmobilização, imobilismo ou antimovimento) para entender como ocorre a desmodernização, a exclusão, a pobreza crescente, a desordem e a escalada da violência organizada; e outra visão, que reclama avaliações críticas das interpretações sobre os movimentos sociais anteriores para visualizar novas perspectivas de estudos, tentando (...)“contrapor ao imobilismo das massas os espaços possíveis de mobilização; ao antimovimento ou condutas de crise, as novas formas de se movimentar ou de ações coletivas, e entender os significados políticos e culturais destas.” (2005, p. 20-21). A autora realça alguma dessas novas compreensões, como o surgimento de **redes de movimentos (networks)**, a interconexão do sentido local (comunitário) e global (supranacional, transnacional), novas práticas políticas articulatórias das ações localizadas, a construção na intercomunicação das diversidades: [...]“Os festivais e os encontros de juventude fazem circular, sem fronteiras, sensibilidades diversas que se interpenetram sem os antagonismos das competições entre nações”. Trata-se de passar da análise das organizações

específicas, para a compreensão do movimento real de articulações em **redes de movimentos (from grassroots to networks)**. (2005, p. 23).

Para finalizar o tópico sobre os movimentos sociais, é oportuno trazer a colação o conceito que Gohn formulou sobre o tema, especialmente pelo nexos que possui com o detalhamento que passaremos a fazer no próximo capítulo, sobre redes, o seu conceito, forma e tipos. O conceito é o seguinte:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por **atores sociais coletivos** pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de **força social na sociedade civil**. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma **identidade coletiva** para o movimento, a partir dos **interesses em comum**, esta identidade é amalgamada pela força **do princípio da solidariedade** e construída a partir da base referencial de **valores culturais e políticos compartilhados** pelo grupo, **em espaços coletivos não-intitucionalizados**. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas **densas redes**; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. (2002, p. 251-252).

Registre-se que Gohn pondera também a existência de movimentos fundados em xenofobias nacionalistas, religiosas, raciais etc. (2003, p. 14). Movimentos que fazem apologia ao crime, ao terror, ao ódio. Movimentos de intolerância, de destruição, de guerra e de muitos outros males defendidos na patologia de seus membros. Ao nosso ver, são movimentos cancerosos que merecem estudos propositivos de um tratamento capaz de restabelecer/estabelecer a higidez social, para que se possa um dia adjetivar a humanidade como algo inegavelmente bom. Não são movimentos que possam oferecer o desenvolvimento humano e muito menos movimentos de motivação democrática. Portanto são movimentos criminosos e não, sociais.

Finalmente é de se registrar, segundo a autora, que os movimentos sociais devem ser estudados sob dois enfoques, um interno e outro externo. Pelo primeiro, a análise é da construção do repertório de demandas coletivas (e suas articulações) consoante alguns valores, crenças, ideologias etc., e da organização estratégica da ação, seus projetos, organização, práticas, que lhes dá exteriorização. Externamente releva verificar o cenário sócio político e cultural de sua inserção, os seus opositores, as redes externas construídas e as relações com outros movimentos – “O princípio articulatório externo resulta das relações entre as diferentes redes de movimentos sociais” - bem como com os órgãos estatais, igreja, empresários, e outros atores da sociedade civil. É também da análise externa a relação que o movimento mantém com a mídia (2006, p. 255).

#### 4) O QUE SÃO REDES?

Os significados de rede, bem como os tipos que se pode classificar em cada área diferem conforme o campo em que se está trabalhando. Como já vimos anteriormente, uma rede de empresas pode formar um status operante no mundo empresarial e global sem que suas características tenham forçosamente ligações com outros tipos de redes. Fleury Teixeira (2002) lembra que as diferentes tipologias de redes demarcam ou não certos atributos, tais como **o nível de institucionalização da rede, a forma de participação e o número de participantes, se envolve política setorial ou transectorial, se sua função principal forma uma rede profissional, intergovernamental, de produtores** etc. Sobre tal variação nas classificações, anota a autora que para **a psicologia social**, as características estruturais como o tamanho, a densidade, a composição, a dispersão, a homogeneidade ou não da rede e os tipos de funções que exercem são aspectos que se destacam na sua compreensão. Assim também ocorre em outras áreas, como na **cátedra de administração de empresas**, onde a “rede é vista como a combinação de pessoas – tecnologia – conhecimento que substituiu a corporação hierarquizada do modelo fordista, baseado em trabalho-capital-gerenciamento (albrechet, 1994:48).” Já pela junção das disciplinas de **política e administração**, redes é um modelo estratégico de gestão de políticas ou um novo modelo de governança que envolve os níveis local e global. **O nosso estudo** se volta mais para a comentada **visão da sociologia**, onde as **redes de movimentos sociais** são uma nova forma de organização do Estado e da sociedade, **intensas em tecnologia da informação**, baseadas na cooperação entre unidades dotadas de autonomia, integrando diversos atores e também o que é o particular com o universal, ou o local com o global (2002, p. 04).

A autora citada acima assevera que:

Não há concordância entre os estudiosos em relação ao poder teórico do conceito de redes, visto por alguns como uma metáfora para demonstrar que as políticas públicas envolvem multiplicidade de atores diversos, já outros o aceitam como uma ferramenta analítica valiosa para o estudo das relações entre atores e poder público, enquanto um outro grupo de autores entendem as redes de políticas como um método de análise de estrutura social.

Miller (1994) considera que nem o modelo tradicional de administração pública, baseado na cultura da racionalidade técnica e dos controles e coordenação hierárquicos, nem a teoria econômica da escolha racional,

fruto da motivação baseada na racionalidade utilitária, são capaz de compreender o fenômeno atual das redes de políticas. (2002, p. 4-5).

Com diversas referências a Miller, Börzel e outros, Fleury Teixeira (2002) traz um vasto universo de debates sobre a **concepção de redes**. São exemplos: o processo comunicacional como conduto para troca de valores, conhecimentos e percepções dos problemas; a escola da intermediação de interesses, onde as redes indicariam as relações de dependência entre governo e grupos e intercâmbio de recursos; a escola de governação, onde as redes são formas particulares de governança dos sistemas políticos modernos, com uma interdependência funcional dos atores públicos e privados, buscando uma resposta eficaz aos problemas de políticas públicas (**em Porto Alegre, a Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local está implementando o “Programa de Governança Solidária Local” – anexo 4**).

Entre todos os enfoques da autora, realçamos **a dicotomia entre os que privilegiam as transformações na sociedade e sua capacidade de mobilização versus as mudanças no estado e na gestão das políticas públicas**. O primeiro caso é com mais vagar abordado ao longo desse trabalho, pois aborda uma perspectiva societária e mobilizatória onde os movimentos sociais são vistos como conexões solidárias que pela gestão interorganizacional e intergovernamental geraram um novo modelo de gestão de políticas públicas. Quanto ao segundo aspecto, uma das grandes mudanças na forma do agir estatal foi o resultado das relações junto ao chamado terceiro setor. As crescentes e novas pactuações e acordos que se estabeleceram nas execuções de políticas públicas trouxeram um ônus quanto à gestão e coordenação das atividades governamentais. Fleury Teixeira ao condensar as abordagens de O’Toole (1997) e Mandell (1990), faz, respectivamente, as seguintes considerações:

As redes intergovernamentais e interorganizacionais são vistas como “estruturas de interdependência envolvendo múltiplas organizações ou partes, onde uma unidade não é meramente o subordinado formal da outra em um amplo arranjo hierárquico”, não importando se estas estruturas de colaboração envolvem organizações não lucrativas ou vínculos com empresas lucrativas.

(...)

**No modelo de gestão estratégica** “intra-organizacional o controle é baseado na autoridade legítima que parte da **hierarquia**. Com relação à estrutura de poder, as estratégias dependem da habilidade da administração do topo traçar as decisões, delegar e controlar o processo de implementação. Além disso, as ações do administrador estão delimitadas a um contexto organizacional específico. Diferentemente, na rede “**interorganizacional**” o controle não é uma relação preponderante. Ainda que seus membros representem os diferentes níveis de governo, **não implica que haja um relacionamento hierárquico entre eles** e cada nível atua como unidade semi-autônoma. A posição de poder está relacionada à influência que cada

membro tem na viabilidade mesma da rede. As organizações confiam umas nas outras para alcançar objetivos próprios e, nesse sentido, o poder de uma organização aumenta na medida em que sua participação se torna essencial para a preservação da rede. Além disso, o gestor está envolvido em diversas redes que se sobrepõem ou influenciam mutuamente. (grifei)

Talvez mais ainda que aprofundar os estudos de redes enquanto mudança social, seja ora de aprofundar tal matéria pela ótica da mudança estatal e por novas formas de gestão das políticas públicas. É emergente perceber que a gestão de redes é de interdependência, onde há necessidade de um novo aparelhamento de coordenação e técnicas de administração. A mudança de paradigma imposta na concepção de redes afeta as ferramentas administrativas até então utilizadas em modelos piramidais, hierárquicos. Em organismo reticular, onde não há subordinação e onde a solidariedade, crença e confiança, são condições ao funcionamento, onde não há chefes, mas líderes que tanto o são num momento, quanto liderados noutra ação, as ferramentas usuais de administração pública podem restar inexitas se não houver adequação. **A gestão de redes ainda é um ponto obscuro** nos estudos desta estrutura reticular. Alguns autores colocam os seguintes **aspectos como relevantes à uma gestão exitosa de redes**: *inexorabilidade de entendimento do grupo; buscar o compromisso de todos, mas também benefícios pra todos; capacitar os recursos humanos; maximizar a ação dos atores de maior expressão política e administrativa<sup>5</sup>, bem como potencializar o uso dos recursos, sempre somando esforços; não perder o foco geral, mas também mantê-lo no específico, numa ação construtivista, com metas certas e atingíveis; manter meios eficazes de informação e comunicação; não se distanciar do contato dérmico para uma precisa avaliação do contexto e formulação de soluções, evitando o natural desgaste pelas tensões do grupo; manter uma certa rotina de atividades, fomentando a participação voluntária e a reavaliação pelo grupo dos novos cenários políticos e administrativos.* No item 5.2 do capítulo 5 abordaremos novamente a questão, concluindo por ora com o pensamento de Fleury Teixeira:

Podemos, portanto concluir que as redes de políticas sociais são um instrumento fundamental para a gerência das políticas sociais e, mais ainda, que elas permitem a construção de novas formas de coletivização, socialização, organização solidária e coordenação social, compatíveis com a transformação tanto da sociedade civil quanto do Estado.

Offe (1998) refere-se a três princípios de coordenação dos indivíduos e organizações da sociedade, cada um deles com seu fundamento e valor

---

<sup>5</sup> Nas redes não há, *a priori*, delegação de poder, pois todos detêm o mesmo poder, mantendo a sua autonomia. Porém poderá haver arranjos tais que culminem por importar em trocas ou transferências de responsabilidades. Quando a rede é homogênea isso não oferece maiores dificuldades. Mas, quando não é, o ator mais apto deve ser mantido no seu campo de domínio, para o benefício mútuo. Trata-se de um problema de gestão, que exige habilidade de quem estiver coordenando.

próprios: o Estado cujo fundamento é a razão e o valor a igualdade, o mercado cujo fundamento é o interesse e o valor a liberdade, e a comunidade, cujo fundamento é a paixão e o valor é a solidariedade. Não há dúvidas que as políticas sociais deveriam buscar uma forma de articulação ideal entre os princípios fundamentais e entre os valores que movem as ações neste campo.

A emergência de redes de políticas representaria a tentativa de criação de novas formas de coordenação, que fossem capazes de responder às necessidades e características do contexto atual, onde o poder apresenta-se como plural e diversificado.

Neste sentido, as redes transcendem o papel de um mero instrumento gerencial, na medida em que permitem gerar relações baseadas na confiança (**capital social**) e processos gerenciais horizontalizados e pluralistas (**esfera pública democrática**).

No entanto, a existência de estruturas policêntricas não pode escamotear a persistência da desigual distribuição do poder, nem as dificuldades gerenciais inerentes ao processo de gestão pública em uma estrutura reticular.

É necessário também ter em conta as limitações das redes de políticas no cumprimento de certas funções públicas, de **caráter nitidamente estatal**, como, por exemplo, **a garantia de direitos sociais e a regulação**.

Finalmente, é necessário ter em conta os novos desafios impostos pelos processos de fragmentação e exclusão social que impedem a geração de consensos e ameaçam as condições de governabilidade em nossas sociedades.

A diversidade ou aceitação do outro como diferente, a pluralidade e o reconhecimento do outro como parceiro, a ação coordenada e interdependente, a negociação dos conflitos e a busca de um objetivo comum, **requerem uma sociedade com uma cultura democrática e uma estrutura de distribuição da riqueza e do poder mais igualitária**. Neste sentido, a democracia é tanto um **pré-requisito** quanto o resultado da ação **das redes** de políticas.

Ou seja, sem assumir uma visão meramente instrumental das redes de políticas, não podemos também imaginá-las, ingenuamente, como solução para todos os problemas envolvidos no campo das políticas públicas. (2002, grifo nosso).

#### 4.1) CONCEITO DE REDES

Conceituar rede na acepção social que se pretende não é tarefa fácil. Genericamente, rede é uma palavra que vem do latim *retis* e designa o entrelaçamento de fios, linhas, cordas etc. Representa uma estrutura reticulada cuja metáfora alcança a idéia de variados entrelaçamento de formações, onde os elementos se interligam em conexões ou num emaranhado de coisas. Assim é que se fala sobre o conjunto dos meios de comunicação (telefone, televisão, rádio etc), ou de transporte (rodoviário, ferroviário, aéreo etc.) ou o conjunto de estabelecimento de serviços (bancos, água, luz), como rede de televisão, rede rodoviária ou redes de bancos e de serviços de água e luz.



Um dos primeiros elementos que surge pela visão de uma rede (como uma tarrafa jogada ao mar) é a sua forma horizontal e a existência de conexão entre as linhas. Numa rede há diversidade de elementos dispersos num determinado espaço com conexão entre eles, que podemos chamar de nós e ramificações. Porém, para efeitos de estudos de redes sociais, essa visão formalista, onde a estrutura é determinante para o seu conceito, não é suficiente para sua compreensão. Além dessa visão, a utilização da expressão redes tem também uma concepção dinâmica, voltada a maneira de seu funcionamento (a conectividade de seus elementos), seu significado como estratégia de ação na mobilização de recursos.

Assim, tomando as duas acepções referidas acima, podemos diferenciar, por exemplo, porque uma cadeia de supermercados é diferente de uma rede de supermercados, pois na primeira há relações entre matriz e filiais postas de forma hierarquizada e piramidal com pouca ou nenhuma relação entre as filiais. Na concepção de redes, no caso empresarial, poderíamos ter diversos supermercados de menor porte organizados solidariamente, ganhando robustez e ligados a outros atores importantes para o funcionamento (p.ex. ponto de táxi para abastecendo da rede, ou empresa transportadoras, ou de fornecimento etc), onde o debate estaria em como se organizar (auto-organização) e funcionar (auto-regulação), para colher o melhor benefício aos seus componentes. Mas essas negociações não seriam impostos hierarquicamente, mas travadas no plano horizontal, pois sua adesão é voluntária e solidária entre os atores, na idéia que tal atuação coletiva no projeto concreto é mais exitosa para todos. Fachinelli et al traz a seguinte referência no artigo “A prática da gestão de redes: uma necessidade estratégica da Sociedade da Informação”:

Evidenciar as relações entre atores não é suficiente para enunciar a existência de uma verdadeira rede. Uma agenda de endereços, não mais que um anuário de diplomados, não constitui rede, mas sim uma matéria-prima relacional. **Para que a rede ganhe corpo, é necessário que um projeto concreto, coletivo, voluntário, proporcione uma dinâmica específica às relações pré-existentes. Além disso, para adquirir uma dimensão estratégica, uma rede deve interagir com o campo de ação no qual ela se inscreve.** Em resumo a estratégia-rede supõe compartilhar um projeto que se inscreve num campo de ação. A proximidade territorial tanto quanto a interdependência econômica constituem duas lógicas coerentes de definição do campo de ação de uma rede. **A associação formada pelas redes de pequenos supermercados dos subúrbios do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense inscreve-se nestas duas lógicas, pois facilitada pela proximidade territorial a sua formação em rede permite-lhes dispor de maior poder de negociação junto a fornecedores o que caracteriza a sua interdependência econômica.** (FACHINELLI, 2000, grifo nosso).

Nessa visão, uma prefeitura poderia ver os supermercados como rede de abastecimento, organizando os serviços de forma a melhor atender as necessidades locais ou alguns órgãos da prefeitura poderiam ser atores sociais no funcionamento da rede (p.ex. guardas municipais onde a própria logística poderia ser sustentada pela rede). O exemplo, mesmo sendo de natureza empresarial e não social (o que já demonstra o caráter multidisciplinar que o estudo possui), busca enfatizar o sentido qualificado que a compreensão de “redes” exige, i.e., não pode ser empregado indiscriminadamente a qualquer associação coletiva, grupo, equipe, time, etc. Outro aspecto importante é relativo ao espaço de operação da **rede que pode ser local, regional, nacional e internacional**.

Dessas ponderações, podem-se extrair alguns indicativos importantes para a sedimentação do conceito de rede. Rede é a formação de um padrão auto-organizado e de forma não linear (se estende em diversas direções sem observar ordem pré-definida), podendo ser visualizado como um agrupamento de nós que se conectam num funcionamento auto-regulado, obtemperado pelo fim específico comum e que resulta num conjunto de características próprias que lhe dá identidade.

Mas há outros fatores que identificam o conceito de redes. Na década de 1920, os ecologistas propuseram, estudando as teias alimentares e os ciclos de vida, que rede é o único padrão de organização comum a todos os sistemas vivos. Fritjof Capra tem sido citado na literatura como uma dos grandes divulgadores do caráter interdisciplinar do estudo de redes, na sua obra “A Teia da Vida” (1996), onde o físico traz contribuições científicas da matemática, biologia e física para mostrar a rede como um padrão comum de funcionamento a todos os organismos vivos – “Sempre que olhamos para a vida, olhamos para redes” (apud SILVA, 2006). Capra esclarece que uma das características diferenciadoras do funcionamento em rede dos sistemas vivos é de que não há hierarquia:

Desde que os sistemas vivos, em todos os níveis, são redes, devemos visualizar a teia da vida como sistemas vivos (redes) interagindo à maneira de redes com outros sistemas (redes). (...) Em outras palavras, a teia da vida consiste de redes dentro de redes. Em cada escala, sob estreito e minucioso exame, os nodos da rede se revelam como redes menores. Tendemos a arranjar esses sistemas, todos eles aninhados dentro de sistemas maiores, num sistema hierárquico, colocando os maiores acima dos menores, à maneira de uma pirâmide. Mas isso é uma projeção humana. Na natureza, não há “acima” ou “abaixo”, e **não há hierarquias**. Há somente redes aninhadas dentro de redes. (apud COSTA et al, 2003, p. 16, grifo nosso).

É certo supor que, se nos sistemas vivos não há hierarquias (a rede é horizontal), nos sistemas sociais esta forma traz um funcionamento bastante natural do organismo social (a

pirâmide é vertical). No entanto, o funcionamento das redes sociais, especialmente as informais e não-institucionalizadas, surgem palpitando horizontalmente, com seus atores amalgamados, exatamente como na metáfora de Capra. Por isso também é que os elementos do conceito de rede dever ser retirados das experiências vivenciadas pela sociedade, mormente por se tratar de uma nova forma de ver o funcionamento social.

Castells conceitua rede como um conjunto de **nós interconectados** onde o nó só pode ser compreendido concretamente quando se analisa o tipo de rede que se esta falando. Assim, mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados são nós da rede dos fluxos financeiros globais; também são os conselhos nacionais de ministros em relação a rede política que governa a União Européia; os sistemas de televisão, equipes de cobertura jornalística ou os meios de computação gráfica quanto a rede global da nova mídia na era da informação. A topologia de uma rede determina que na interação entre seus nós não haverá distancia alguma ou terá a mesma distância (assim será então quanto a distância social, econômica, política, cultural entre seus nós), mas que fora, só há integração se os nós compartilharem os mesmos códigos de comunicação. Castells comenta que uma estrutura social com base em redes é:

(...)um **sistema aberto** altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e invalidação do tempo. Mas a morfologia da rede também é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder. **As conexões que ligam as redes** (por exemplo, fluxos financeiros assumindo o controle de impérios da mídia que influenciam os processos políticos) representam os instrumentos privilegiados do poder. **Assim, os conectores são os detentores do poder.** Uma vez que as redes são múltiplas, os códigos interoperacionais e as **conexões** entre redes tornam-se as fontes fundamentais da formação, orientação e desorientação das sociedades. A convergência da evolução social e das tecnologias da informação criou uma nova base material para o desempenho de atividades em toda a estrutura social. **Essa base material construída em redes define os processos sociais predominantes**, conseqüentemente dando forma à própria estrutura social. (2002, p. 566 e 567, grifo nosso).

Como se pode ver, Castells não é muito otimista quanto ao funcionamento da sociedade em rede quando observada a metarrede em que se insere o contexto, fruto da globalização. Mas cremos que os efeitos deletérios podem estar mais na visão macro do que num funcionamento de microrredes. Além disso, há os movimentos sociais antiglobalização

de Seattle, Praga, Gênova e Nova York e as redes, parcerias entre movimentos e ONGs que criaram um novo movimento social: “contra a globalização predominante, geradora de miséria; eles clamam, articulados em redes internacionais, pela defesa da vida com dignidade.” (GOHN, 2003, p. 31). O destaque no Brasil sobre esse **novo perfil** do militante social ocorreu com o I Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS (foram elaborados diversos documentos no diagnóstico de 400 oficinas e entre outros, um documento elaborado por 184 entidades, 42 brasileiras, com áreas de atuação nos direitos humanos, das mulheres, associações de moradores, conselhos populares, trabalhadores rurais, ambientalistas, associações profissionais, da cultura etc). Gohn destaca também aspectos relevantes ao estudo de redes quanto comenta o referido Fórum:

A nosso ver, o aspecto mais importante que ocorreu em Porto Alegre, e que a grande mídia não percebeu, porque estava mais preocupada em “demonstrar suas teses”, qual seja, o suposto caráter político-partidário do evento, foi a reconstrução de alguns eixos de lutas, a construção de algumas utopias novas e o fundamental: **o delineamento de um sujeito coletivo, de caráter político, transnacional**, composto pelas ONGs, sindicatos, movimentos sociais, representantes de alguns partidos políticos etc. A constituição deste “**novo sujeito**”, **composto por uma pluralidade de atores sociais** diferentes, poderá ser um marco referencial importante no futuro dos povos que lutam contra os efeitos devastadores da globalização econômica e seu caráter excludente. A grande mídia no Brasil não apenas não entendeu o alcance político do I Fórum Social como procurou descaracterizá-lo.

Sabemos que **a constituição de novos sujeitos coletivos requer** algumas condições efetivas, tais como: ser **detentor de certos direitos políticos** por representarem coletividades legitimadas socialmente; ter **capacidade e habilidade para expressar as demandas** daquelas coletividades; **elaborar planos e estratégias** de ação; ter **habilidade para aproveitar ou criar oportunidades políticas** favoráveis à ação coletiva; deter alguns **recursos humanos e de infra-estrutura básica** etc. O conjunto de condições assinaladas estiveram presentes em Porto Alegre e o novo sujeito político foi delineado: parte de um novo movimento social, o **movimento antiglobalização, portador de um projeto político para uma nova sociedade, nos marcos da democracia, com ética, cidadania e participação direta dos cidadãos na gestão pública**. O que se reivindicou não era um outro regime político, ainda que alguns manifestantes assim se expressassem (localizando-o nos moldes de uma sociedade socialista). O que a grande maioria dos movimentos, ONGs e entidades lá presentes demandavam era uma **sociedade desenvolvida, com as facilidades da informática e das comunicações, mas sem exclusão social, sem discriminações, com respeito às diferenças culturais e diversidades locais e regionais**, uma sociedade regulada por governos que tenham uma nova agenda das prioridades. Um novo *frame* foi formatado, criando um marco referencial de um novo modelo de sociedade, resgatando a utopia que se dizia perdida e ou esquecida nos anos 90. Neste *frame* observou-se o que Lê Goff tem assinalado: a desocidentalização da história, ou seja, questiona-se o chamado Primeiro Mundo e a hegemonia dos valores da sociedade norte-americana como o modelo ideal a seguir. Ao mesmo

tempo, valores orientais, centrados na vida, contemplação e espera são resgatados como ideais.

(...)

Outro destaque que pudemos observar foi a **articulação das múltiplas redes de associativismo existentes**. Grupos de lideranças comunitárias, que no passado competiam e divergiam, **encontraram uma linguagem comum**, sentaram-se à mesa, e elaboraram pautas e estratégias conjuntamente. Movimentos sociais distintos discutiram em uma mesma sessão, ONGs uniram-se a sindicatos, movimentos sociais e outras entidades da sociedade civil. Este fato é inédito e histórico. Trata-se de **respeito à diversidade de opiniões** e aponta para uma grande articulação com inúmeras possibilidades futuras, no sentido da construção de alguns pontos de consenso que delinham projetos alternativos aos modelos de exclusão social vigentes. Trata-se também de uma articulação de natureza diferente da que foi construída no passado em momentos de crise política institucional, como as “Diretas Já”, o *impeachment* de Collor etc. Desta vez, **a origem e o fundamento básico da articulação é de ordem estrutural** e não conjuntural; econômica e cultural transnacional e não da política nacional. (2003, p. 60-62).

Tal orientação seguiu-se pelo II Fórum, também em Porto Alegre, destaca-se que o movimento antiglobalização formou uma rede de movimentos e organizações num Fórum que contou com mais de 113 entidades entre ONGs, várias organizações, movimentos sociais, sindicatos e universidades e centros de estudos. (GOHN, 2003, p. 66-67).

Nesse diapasão, surge outro elemento importante para o conceito de redes, as **conexões**, que lhes dão dinâmica, lhes propiciam o funcionamento, faz com que os seus elementos (nós) pertençam ao conjunto. É por isso que Costa coloca a dialética – ponto e linha - e diz: **‘Sem ligação não há rede.’**. Como só pode haver conexão entre dois pontos, uma linha vale, no mínimo, por dois pontos; mas por um único ponto pode passar tantas linhas quantos forem os demais pontos da rede. **Isso é conectividade que, na malha, gera o poder da rede** (2003, p. 18-19). Isso determina o que se chama de densidade da rede. Como a densidade não é uma relação de quantidade, mas de conexão, pode haver poucos pontos e grande densidade, como muitos atores e pouca densidade. Vale lembrar a referência alusiva a Roberto Putnam, sobre capital social, no capítulo anterior: “Uma sociedade de muitos indivíduos virtuosos, mas isolados, não é necessariamente rica em capital social.”. **Há, aqui, também a idéia de que a linha de pesca tramada em rede obtém mais peixes que usar essas mesmas linhas isoladamente em caniços**. Assim é possível calcular a produtividade da rede pela relação entre as ligações existentes e as ligações possíveis, estabelecendo-se uma variação de densidade máxima e mínima de uma determinada rede. Tal avaliação nos permite verificar em que percentual a rede esta operando, i.e., qual é a sua condição orgânica. Para sabermos a densidade máxima de uma rede, usa-se a fórmula:

$$D = \frac{p \times (p-1)}{2}$$

Onde  $D$  é a densidade máxima possível e  $p$  o número de pontos existentes na rede.

A relevância desse estudo matemático é a demonstração do que se opera na realidade. A produção de uma rede não cresce geometricamente quando agrega mais um ponto em sua malha, pois, consoante a fórmula, se para três pontos o número de relações possíveis é também três, já para quatro, esse número é seis, dobrando o potencial da rede. O poder da formação em rede é constatado também na biologia, onde as bactérias se multiplicam em rede, e podem ter um poder destruidor fatal (WHITAKER, 1993). Logicamente esse cálculo não é determinante, até porque, como já referido nas palavras de Castells, as redes são sistemas abertos, suscetíveis de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio e, portanto, fechar o sistema de pontos é só um artifício de análise, mas que fornece um bom indicativo. Nesse questão, gostaríamos de lembrar algumas características sobre redes que, nesse capítulo, já foram apontadas: são estruturas **horizontalizadas e não lineares, de configuração aberta, cuja suscetibilidade à inovação lhe dá dinamismo organizacional**<sup>6</sup>. Outra questão é quanto a conectividade que caracteriza a densidade da rede, mas há de se considerar que existem **conexões mais tênues e mais sólidas** entre as pessoas e isso também será **uma variável no potencial produtivo da rede**. Outro aspecto é que a rede só se **visualiza quando é determinado o seu objetivo**, pois é por decorrência lógica desse objetivo que ocorrem as conexões. Não se pode perder de vista, também, a análise de Capra, de que não há hierarquias entre as redes conectadas, mas diferentes dimensões entre elas, maiores e menores e que amalgamadas também se conectam em outras ou agregam outros atores e tudo isso, tem a ver com a sua forma de expansão não linear, bem como com a sua capacidade de inovar, lhe dando um **caráter multidimensional**. A unidade de uma rede é a sua conexão, mas sua dimensão é indeterminada. Esses aspectos levam a impossibilidade de centralização na rede, a menos que se esteja observando um determinado aspecto, onde um ponto se centraliza em relação a peculiaridade estudada, mas em relação ao todo, a característica da formação de rede é a **descentralização**, até porque seu fundamento esta na conexão, na relação entre atores, e não nos pontos em particular.

---

<sup>6</sup> Castells (v. capítulo D): (...) “as redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas”.

Imagine as redes da qual Pedro Álvares Cabral participava quando descobriu o Brasil; por outro lado, havia redes de relacionamentos entre os aborígenes. Quando houve a conexão entre ambos os pontos, potencialmente, todos os pontos conectados de todas as redes passaram a ter trânsito por aquela única conexão. Essa **transitividade** possibilita que pontos não conectados possam criar vias de acesso a outros pontos da rede, ainda que muito distantes. Tal possibilidade de trânsito foi pesquisada por Stanley Milgram, em 1967, no Estados Unidos, gerando a tese dos “**seis graus de separação**”. A experiência consistia em fazer chegar uma carta por intermediação de outra pessoa, ou pessoas, a um destinatário especificado. A conclusão é que foram necessárias em média, 5,5 intermediações para se cumprir o objetivo. Em 2003, sob a coordenação do pesquisador Duncan Watts, em Nova Iorque, foram feitas experiências similares, desta vez utilizando e-mails pela internet, chegando-se também a um número entre 5 e 7 intermediações para que fosse feito o contato. A matemática propõe este mesmo intervalo, no estudo de conexões de rede, como o **número médio** de conexões necessárias entre um ponto e o caminho mais curto para outro ponto qualquer da rede (teoria dos grafos). Por essa teoria, quanto mais densa for a rede (quanto mais próxima de todas as conexões possíveis estiver), mais curto será o caminho. “**Nas redes mais densas, os caminhos são curtos e há muitos atalhos. O mundo para elas, torna-se, desse modo, “menor”.**” (COSTA, 2003, p. 30-32, grifo nosso). Registre-se, como mais uma característica, os **múltiplos caminhos possíveis que se tem numa rede**, face o seu caráter multidimensional e sua horizontalidade, diferentemente das estruturas piramidais que não oferecem essa diversidade. Por outro lado, essa mesma característica impossibilita o controle ou o óbice do fluxo (o sistema pode se reorganizar para manter conexões), p.ex., da informação, o que **democratiza o processo**, sendo essa também **outra característica de sua morfologia**<sup>7</sup>. Tal dimensão de conexões e possibilidades de caminhos pode explicar, no convívio diário das pessoas, porque, por exemplo, um dado dia você descobre que o neto de um amigo distante é “coincidentemente” colega de sua filha que jamais manteve qualquer conexão com o avô dele. É claro que algumas pessoas mantêm mais conexões que outras, assim também ocorre em outras redes, onde se podem detectar pontos de grande densidade de conexões.

Alguns estudiosos propuseram que tais pontos de hiperconexão, se rompidos, poderiam destruir o próprio tecido da rede e, sob essa análise, **haveria então pontos centrais**

---

<sup>7</sup> Numa organização piramidal o caráter democrático se dá pela forma de escolha dos dirigentes. Numa organização horizontal, o caráter mais ou menos democrático está relacionado com a possibilidade de ingresso ou saída de membros, i.e., se a rede é mais ou menos aberta.

**na rede.** No entanto tal não ocorre, pois os pontos de muitas conexões funcionam como atalhos, melhorando o funcionamento da rede, havendo outros caminhos possíveis, numa malha de auto-ajuste. Ademais, a constante mutação da rede, o seu dinamismo organizacional, acaba carregando com conexões pontos pouco conectados e também desconectando outras linhas de pontos extremamente transitivos, obedecendo a característica da não-linearidade e da horizontalidade. Mas a existência de **pontos hiperconectados melhora sobremaneira a dinâmica reticular da organização.** E aqui organização<sup>8</sup> deve ser entendida no sentido que lhe dá Costa:

O conceito de organização tem a ver com “ordem”: é o processo de ordenar um conjunto de elementos em razão de um objetivo ou finalidade. Hierarquia tem a ver com controle, governo, poder de decisão. Uma organização sem hierarquia, seria, nesta acepção, um processo no qual um conjunto de elementos estaria ordenado sem a mediação de qualquer controle ou governo. Esta definição parece um contra-senso, para nós acostumados a uma noção de ordem associada a controle e comando. Mas, como bem demonstrou Fritjof Capra (na esteira das contribuições de Ilya Prigogine, Benoit Mandelbrot, Humberto Maturana e Francisco Varela, entre outros), é nessa “ordem sem governo” que se baseia o padrão de organização de todos os sistemas vivos. Ordem que, convenhamos, parece funcionar muito bem. (2003, p. 42).

Com a compreensão de todos esses conteúdos, podemos trazer então o conceito que Costa apresenta, como uma organização caracterizada pelas inter-relações horizontais de seus elementos, que funcionam numa arquitetura plástica (sem rigidez de forma, maleável), não-linear, aberta, descentralizada, plural, dinâmica e capaz de se auto-regular. Para a autora o termo “coordenação” é muito bem empregado quando se trata de rede, pois “a ordem é sempre uma co-produção de todos”. (2003, p. 42).

#### **4.2) TIPOLOGIAS E CARACTERIZAÇÕES DE REDES**

São dos mais variados os tipos de classificação que se pode ter sobre redes. Redes podem conectar pessoas, organizações, entidades, órgãos estatais, ou todos conjuntamente. A rede também pode ter área geográfica distinta e alcance distinto ou ser global e de área indefinida. Pode haver redes de redes, ou sub-redes. Os atores podem ser do mesmo tipo ou completamente diferentes. Mas o que não pode diferir numa rede é o objetivo comum ou complementar de seus atores. É de se frisar outro aspecto sobre as tipologias de redes: não são

---

<sup>8</sup> Organização aqui é visto como um processo, não como um estado final, em face da auto-regulação das redes, a organização esta em constante mudança, é uma ação de criação da ordem, nunca um resultado acabado.



estanques, podem ocorrer misturas e entrelaçamentos dos tipos desenhados. Trata-se mais de algumas propostas didáticas para melhor aproximação do sentido que as redes assumem.

Podemos ter **redes de empresas** que normalmente são formadas com o objetivo de reduzir incertezas e riscos, organizando atividades econômicas a partir da coordenação e cooperação entre elas. Se juntarmos consumidores, produtores e prestadores de serviços em uma mesma organização, onde seja estabelecido que a compra de produtos e serviços se dará dentro dessa organização, propiciando trabalho e renda para seus partícipes, poderemos estar frente a um **rede solidária, que é composta basicamente por células de consumo, de produção e de serviço**. (MANCE, 1998 e 2002, p. 83).

Silva (2006) identifica três categorias de rede: **temáticas, regionais e organizacionais**. A primeira é forjada em razão do tema que quer enfrentar, podendo ser **genérica** (ex. meio ambiente, infância) ou **específica** (ex: reciclagem, desnutrição infantil). A segunda é determinada pela situação geográfica, podendo ser tanto um Estado, um conjunto de municípios, como uma cidade ou um conjunto de bairros. A última refere-se a redes que congregam outras redes filiadas, como federações, confederações, fóruns etc.

Para Costa (2003), quanto ao **propósito da rede e o seu fator de aglutinação**, temos com conteúdo próximo ao referido acima, as categorias **temáticas e as territoriais**, podendo haver redes que contenham ambos os enfoques. Costa ainda traz à classificação as redes vistas pelo **escopo da ação**, i.e., por duas formas de atuar: como **rede de informação e como rede operacional**. No primeiro caso, são redes alojadas em espaços de veiculação de notícias e intercâmbio de conhecimento, de modo geral, por meio de tecnologias de comunicação e informação. No segundo caso, a troca de informação também ocorre, mas num contexto de pesquisas e estudos; ou na condução de processos de interlocução e negociação política; no acompanhamento de políticas públicas; na promoção de processos de formação e capacitação; fazendo campanhas públicas de sensibilização, esclarecimento e mobilização; atuando na defesa e conquista de direitos sociais e causas coletivas; captando e distribuindo recursos; prestando serviços; e, como o caso das redes de socioeconomia solidária, realizando atividades de produção, circulação e até regulação econômica. “A maioria absoluta das redes da sociedade civil brasileira é do tipo operativo.” (COSTA, 2003, p. 52-54)

Amaral (2004) diz que a natureza da vida está nas intensas relações estabelecidas, no trabalho, lazer, vizinhança etc. Assim, a sociabilidade humana nos faz viver em **redes de relações espontâneas**. A diferença **entre redes sociais e redes espontâneas** é a

“intencionalidade nos relacionamentos, os objetivos comuns conscientes, explicitados, compartilhados.” **No entanto, os princípios que regem os sistemas vivos são observados tanto em redes sociais como espontâneas.** Da mesma forma é possível caracterizar as redes sociais por princípios e padrões comuns, mas não por modelos que busquem definições, pois cada rede tem uma configuração particular. Desta forma, Amaral (2004) traz as seguintes características para identificar redes:

- a) objetivos compartilhados e construídos coletivamente;
- b) múltiplos níveis de organização e ação;
- c) dinamismo e intencionalidade dos envolvidos;
- d) coexistência de diferentes;
- e) aparato informacional;
- f) empoderamento dos participantes;
- g) desconcentração do poder;
- h) multi-iniciativas;
- i) tensão entre estruturas verticais e processos horizontais;
- j) tensão entre comportamentos de competição e cooperação e compartilhamento;
- l) composição multi-setorial; formação permanente;
- m) ambiente fértil para parcerias, oportunidade para relações multilaterais;
- n) evolução coletiva e individual para a complexidade;
- o) configuração dinâmica e mutante.

Para Inojosa (1999), as redes devem ser vistas ou segundo as **relações entre os parceiros, ou segundo o foco de atuação.** Quando vistas pela ótica das relações entre os parceiros, é possível identificar **redes autônomas ou orgânicas, tuteladas e subordinadas.** Quando vistas pelo foco de atuação, teríamos então **redes de mercado e redes de compromisso social.**

Teremos **redes autônomas ou orgânicas** (relações entre parceiros) quando seus atores possuem autonomia, mas estão juntos por laços de solidariedade em torno de uma idéia abraçada coletivamente, cuja forma de intervenção será pactuada entre os pares. Nesse sentido poder-se-ia incluir também as redes sociais. Já na forma **tutelada ou subordinada**, as características da rede mudam. No primeiro caso, apesar dos atores manterem a sua autonomia, o objetivo comum é modelado por outro ator com capacidade de financiar o projeto ou de lhe dar regulação legal (a nosso ver tal conformação desnatura a idéia de rede, pois tenta centralizar um organismo de natureza policêntrica e também polariza o objetivo que deveria ser compartilhado). Inojosa comenta:

**Parece que este é o modelo de numerosas redes que estão surgindo sob a égide governamental** e, nesse sentido, podemos supor um outro problema que é o de tratar os parceiros de rede como fossem partes singulares de um convênio com um parceiro constante – o governo. Sabemos que nesses casos **o parceiro constante costuma ditar as regras**, pois o convênio é um contrato entre órgãos governamentais. Essa prática **não é a prática da rede orgânica** que supõe o estabelecimento compartilhado e dinâmico das regras de parceria. Além do mais esse **modelo dificulta as relações horizontais** entre os entes, como efeito da dinâmica da rede, embora isso possa vir a ocorrer, no processo de articulação. (1999, p. 05, grifo nosso).

O caso das redes subordinadas não é diferente quanto à descaracterização do caráter orgânico que tipifica as redes, pois apesar de haver uma relativa independência entre os entes, há interdependência de objetivos e a autonomia, em verdade, é determinada pela coordenação, que tem postura hierárquica. São exemplos as cadeias de lojas ou redes de serviços públicos. “Pode haver um esforço de compartilhamento de interpretações e sentidos, bem como de articulação de ações, mas a idéia que norteia a rede – a idéia força – não foi abraçada coletivamente e livremente por entes com a sua identidade própria”. (INOJOSA, 1999, p. 06).

A autora, após a análise sobre as relações entre os parceiros, traz a colação que as redes estão voltadas a produção, quer de idéias, quer de bens e serviços, para seus próprios membros, para o mercado ou para a sociedade. Sobre esse foco de atuação, **as redes de mercado** surgem por decorrência da finalidade da existência de cada ator. É o mercado o determinante da atuação dessas redes, pois nelas convivem a competição e a cooperação, mas as relações que se travam também estão sujeitas ao feroz mercado, podendo gerar certo grau de subordinação e de desatendimento individual.

Sobre a última classificação da autora, relativamente ao foco de atuação, temos **as rede de compromisso social** (que constitui a concentração do nosso trabalho). Após apresentar seu conceito no sentido de que o esforço comum deriva da percepção de um problema que coloca em risco a sociedade, nos informa que:

Esse tipo de ação articulada parece ter relação com a idéia de sociedade solidária, tal como é apresentada por Rosanvallon, de aproximar a sociedade de si mesma. Insere-se no tríplice movimento de redução da demanda do Estado, de reencaixe da solidariedade na sociedade e de produção de uma maior visibilidade social (1997:86) Trata-se de “multiplicar os locais intermédios de composição social, de reinserir os indivíduos em redes de solidariedade diretas.” (1997:90).

É nesse sentido que as redes de compromisso social nasceriam a partir da ampliação da visibilidade da sociedade sobre ela mesma e da tensão que essa visão instala: a percepção de que o outro é indissocialmente *socius* e próximo e de que cada um é institucionalmente solidário de todos os *socii*

através do Estado e imediatamente solidário de algumas redes de próximos (rosanvallon, 1997:97). (apud Inojosa, 1999, p. 07)

Ainda, a guisa de conclusão, sobre as redes de compromisso social, a autora deixa as seguintes perguntas: 1) Qual é o caráter da participação nas redes de compromisso social – integrador ou transformador? 2) Quais são as perspectivas de estabilidade desse tipo de rede? 3) Como se dá a mobilização nas redes de compromisso social? 4) Qual é o papel da reedição nas redes de compromisso social? Voltaremos a tais questões quando analisarmos pontualmente o caso da Vila Chocolate.

Para finalizar o ponto, faremos mais duas abordagens: a classificação oferecida por Gohn e as características das redes de movimentos analisadas por Scherer-Warren. Vamos a primeira:

Existem redes de diferentes tipos: de **sociabilidade** (encontradas no cotidiano a partir de relações por laços familiares, de amizade etc.); redes **locais** muito presentes no associativismo civil local, dadas pela territorialidade de um bairro, uma comunidade. As associações comunitárias inscrevem-se neste tipo; as **redes virtuais**, via *on line*, que costumam as relações do movimento antiglobalização, por exemplo; **redes temáticas** específicas, como as das mulheres ou das entidades que atuam sobre as questões de gênero; **redes socioculturais**, dadas por heranças ou características étnicas, religiosas, advindas da tradição ou de práticas sociais contemporâneas; **redes geracionais**, como de jovens e idosos; **redes históricas**, que cultuam e desenvolvem a memória de um líder, de um ator ou cantor famoso etc.; e **as redes de governança**, que procuram articular as experiências de inovações na gestão pública, como os Fóruns das prefeituras que adotam o Orçamento Participativo; **redes de entidades afins**, como as redes de ONGs etc. (GOHN, 2003, p. 15).

A segunda autora oferece como hipótese de caracterização das redes de movimentos sociais, no Brasil, os seguintes pontos em comum: “busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político.” (SCHERER-WARREN, 2005, p. 119).

#### 4.3) PRINCÍPIOS E PADRÕES APLICÁVEIS AOS ATORES DE REDES SOCIAIS

Se conceituar redes não é tarefa fácil, reconhecer princípios ou tópicos aplicáveis aos seus atores, sua forma de operar na rede, também não é matéria tranqüila. Nesse ponto, é importante mantermos presentes as **considerações anteriores sobre os movimentos sociais, pela relevância que, agora, passam a ter**, pois muitos dos atores daqueles movimentos são agora os das **redes sociais**, mas aqui, as peculiaridades desses têm matizes próprios, pois como dizem Fleury Teixeira, Migueletto e Bloch, “diferentemente dos movimentos sociais, as

redes desenvolvem padrões de relações **mais estruturados entre seus membros**, sejam eles formais ou informais” (2002, p. 9). Assim, idéias como o capital social, importância dos valores culturais, ideológicos, da situação sóciopolítico, dos processos políticos, do espírito de reciprocidade e cooperação, da virtude cívica, da solidariedade comunal, da identidade coletiva, da sinergia, do espaço geográfico, etc. se ligam ou são os próprios conteúdos do que a seguir será apresentado.

Inojosa refere que rede é parceria de variadas relações, **interpessoais, interorganizacionais, intergovernamentais ou intersetorias**, pois pode articular famílias, estados, organizações públicas e/ou organizações privadas, pessoas físicas, pessoas jurídicas ou ambas. Mas na complexidade de redes, as empresarias tendem a uma simplificação maior do que as sociais<sup>9</sup>. Especificamente sobre **redes de compromisso social**, a idéia-força que virá a ser compartilhada entre os atores sociais, dará azo ao projeto de atuação da rede. Para Inojosa, rede de compromisso social é:

(...)aquela que se tece com a mobilização de pessoas físicas e/ou jurídicas, a partir da percepção de um problema que rompe ou coloca em risco o equilíbrio da sociedade ou as perspectivas de desenvolvimento social. Essa percepção ampliada da sociedade atrai essas pessoas para articular-se em função de um propósito comum e as leva a definir, em conjunto, um objetivo comum, capaz de ser realizado através dessa sua articulação, com a preservação da identidade original de cada participante. (1999, p. 2-7)

Tem-se que o **ator social de redes pode ser a pessoa física ou jurídica (mas que dentro da rede não tem diferenças - há isonomia entre atores), que se articula voluntariamente em razão de um propósito comum (de forma horizontal – sem subordinação e nem concentração de poder), definindo solidariamente qual será o objetivo da ação, mas que independente de criar uma identidade coletiva mantém intacta a sua própria identidade**. A primeira das características desse ator social é que ele **adere à rede de forma voluntária**, por vínculos de solidariedade, **sem interesse econômico**<sup>10</sup>, mas sim com interesse nos fins colimados na ação social. Decorre da sua adesão voluntária, a possibilidade de permanecer o tempo que entender necessário, não podendo ser destrutado por não mais se engajar no projeto proposto. Tal aspecto descortina uma face das redes: essas **não devem ser pessoas jurídicas** que possam de alguma forma obrigar seus

---

<sup>9</sup> Vide o capítulo anterior onde é realçada a questão da importância dos valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos nos **movimentos sociais**, bem como descontentamentos, ressentimentos, questões psicossociais, utopias, crenças etc.

<sup>10</sup> Sem interesse econômico não quer dizer, aqui, gratuitamente. Diante o ponto será melhor debatido.

adeptos, ainda que em sua composição existam atores com personalidade jurídica<sup>11</sup>. Outra característica, é que serão **diferentes as formas de participação de cada ator**, havendo distribuição de funções na rede, **mas tal participação será feita por pactuação e consenso da vontade livre de todos**, de forma que garanta ao mesmo tempo a vontade individual e a coletiva. **O respeito às diferenças** é condição para se operar em rede, exigindo habilidades relativas a **multiliderança (todos detém o mesmo poder, sendo ora os protagonistas da ação e ora coadjuvantes) e atuação democrática** de seus atores, que só será possível com a sinergia que a rede pode propiciar (na organização em rede há **desconcentração do poder**). Aqui, é oportuno relembrar a parte do resumo apresentado no capítulo anterior, elaborado por Calderón, sobre o estudo das práticas coletivas na América do Sul, cujos antagonismos podem eventualmente ser detectados em alguns embates na atuação dos parceiros da rede:

- a) **democracia** *versus* verticalismo e autoritarismo dentro dos próprios movimentos;
- b) **valorização da diversidade societal** *versus* a tendência ao reducionismo e a monopolização da representação;
- c) **autonomia diante de partidos e Estado** *versus* heteronomia, clientelismo e dependência;
- d) **busca de formas de cooperação, de autogestão ou co-gestão da economia diante da crise** *versus* a dependência estatal e ao sistema produtivo capitalista;
- e) **emergência de novos valores de solidariedade, reciprocidade e comunitarismo** *versus* individualismo, lógica de mercado e competição.

Outro aspecto relevante é a busca ou não de remuneração como fator excludente/includente. Muitos autores consideram que a ausência de interesse econômico colocaria o ator social tão-somente no interesse coletivo, não existindo assim interesse individual. Ledo engano. **A um, por que os voluntários buscam o retorno do seu trabalho em outras questões:** espirituais ou afetivas; políticas; ideológicas; para concretizar sonhos profissionais que não foram alcançados nas suas próprias carreiras; para o enriquecimento de currículos que junto às empresas são valorizados pela experiência social adquirida no voluntariado ou porque tais atividades também servem como vivência profissional. **A dois, e principalmente, porque a essência da voluntariedade não pode ser identificada pela percepção ou não de remuneração. Tal afirmação pode ser melhor visualizada no seguinte exemplo:**

---

<sup>11</sup> Vejo um problema jurídico de responsabilização da estrutura organizacional reticular, que pode ocasionar insegurança jurídica nas relações tanto civis, como estatal.

*Imaginemos duas pessoas que cumprem uma **regra jurídica que lhes proíbe roubar, sob pena de perder a própria vida**. Há duas razões possíveis para elas observarem tal regra: o medo da **pena, ou a crença** de que a conduta é certa, independente mesmo de existir ou não a regra (**adesão voluntária**); se o agente considera a regra incorreta, não haverá adesão voluntária, pois a observância se dá pela pena de morte, i.e., por estar coagido ao cumprimento da regra. Pode-se então afirmar: 1º) a regra, a pena e o cumprimento da regra pelas pessoas são palpáveis porque são dados objetivos no mundo exterior (**elementos objetivos**), ao passo que a voluntariedade ou não pertence ao mundo interior da pessoa (**elemento subjetivo**); 2º) a observância à regra ou a própria existência desta não são suficientes para determinar se existe ou não voluntariedade; e, por outro lado, 3º) a existência de pena, por si só, não descaracteriza a voluntariedade, que independe da própria regra.*

*Portanto, o marco definidor da **ação voluntária é a adesão interior a uma conduta**. A sua gênese é dada por um elemento interno do agente, o seu elemento subjetivo, e não por alguma situação objetiva que o cerque. Por outro lado, é apenas a análise da exteriorização da conduta (que é um elemento objetivo), bem como das circunstâncias que a cercam, que possibilita comprovar a existência ou não desse elemento subjetivo. Mas são apenas provas da vontade, não pertencendo à essência da ação voluntária.*

*Por isso, a **ausência de remuneração é elemento que caracteriza, em 100% dos casos, a existência de voluntariedade na ação**, mas a recíproca não é verdadeira, i.e., **a percepção de remuneração não prova a ausência de voluntariedade** na ação. O que caracteriza esta é o estado de ânimo do agente e não há nenhuma circunstância objetiva necessária para sua existência. Ela poderá existir em uma situação concreta ainda que nunca tenhamos como identificá-la, e, no entanto, continuará a dar sustentação à rede ainda que nunca possamos comprovar a sua existência. Mas a constante atuação na rede social certamente trará também outros elementos objetivos que poderão demonstrar a voluntariedade ou não do ator.*

Por essa razão, este estado anímico do ator, suas razões de estar na rede, devem ser postos ao grupo desde logo, pois a confiança é outro atributo na formação do capital social da rede. Aliás, **a construção de confiança**<sup>12</sup>, segundo Rossetti, baseado na história da Rede

---

<sup>12</sup> É necessário arranjar tempo para as pessoas se conhecerem, conversarem, exporem divergências, vivenciar conflitos, até com o auxílio de facilitadores profissionais;

ANDI Brasil (Cortez, 2005), promovida pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância, de Brasília, é um dentre sete princípios que devem ser vistos como arquétipos na estruturação de uma rede social. Os outros seis são os seguintes: **compartilhar valores**<sup>13</sup>, **dar e receber**<sup>14</sup>, **criar produtos e eventos**<sup>15</sup>, **investir em lideranças**<sup>16</sup>, **sistematizar conhecimentos**<sup>17</sup> e **aprender fazendo**<sup>18</sup>. (ROSSETTI, 2005, grifo nosso).

É importante anotar que a participação de cada ator tem que ser livre e consciente para que a rede funcione dentro de suas características. O ator social de rede não estará sempre atuando, nem tampouco será obrigado a fazê-lo, mas quando o fizer por vontade livre, deverá ter intimamente a responsabilidade de co-autoria da ação proposta, onde o êxito depende dessa participação, mas detendo a confiança dos co-participes (**não se pode esquecer que a interdependência é característica do funcionamento da rede**). Fleury Teixeira (2002, p. 16) nos traz o entendimento de Van de Ven e Walker (1984):

**Existe um paradoxo inerente à indispensável preservação da autonomia dos membros** da rede e a necessidade de desenvolver mecanismos de coordenação inteorganizacional para garantir a efetividade de suas ações. O processo de desenvolvimento da coordenação interorganizacional contem as sementes da desintegração que são devidos ao aumento da formalização e monitoramento o que leva ao conflito e aumenta o dissenso entre os participantes que lutam por sua autonomia funcional apesar de sua crescente interdependência. (grifei)

Na rede, alguns, escolhidos no consenso, **deverão funcionar como facilitadores** da circulação da informação e da efetivação de registros, de atividades de secretaria etc. Mas não centralizando tais atividades em determinadas pessoas como se fossem departamentos, pois isso levaria a descaracterizar o funcionamento orgânico da rede. Os facilitadores podem alterar constantemente o cometimento de tais atribuições, sendo necessário tão-somente que haja multiplicidade de atores que queiram participar dessas operações (v.nota 5, p.31).

---

<sup>13</sup> A realidade muda constantemente, isso é da dinâmica das redes, sendo necessário re-pactuar os princípios, reafirmar valores, de preferência de maneira planejada e sistemática;

<sup>14</sup> É a afirmação dos benefícios individuais, mas também os benefícios que a própria rede adquire, pois, a princípio, o bem da rede deverá ser também o benefício de todos.

<sup>15</sup> A rede somente será instalada realmente quando houver um processo de produção coletiva, onde todos se vejam como autores em produtos e eventos;

<sup>16</sup> O sentido aqui de liderança não é de centralização ou de hierarquia, pois isso não é da natureza da organização em rede. O sentido é de secretariar a rede, para que seja utilizados os conhecimentos, competências e habilidades individuais da melhor forma, fortalecendo os nós por afinidade e mantendo um cronograma de ações, bem como chamando à responsabilidade os elos que não estão respondendo aos seus compromissos assumidos com a rede.

<sup>17</sup> A preservação da memória da rede é importantíssima para a manutenção do projeto e da missão. Deve ser criado mecanismos que viabilizem a disponibilização dos conhecimentos hauridos na rede.

<sup>18</sup> A convicção de que uma rede será sempre peculiar, da mesma forma que uma pessoa difere da outra mesmo tendo elementos que lhes são comuns, é o que orienta também as redes enquanto estruturas orgânicas, cuja compreensão e identidade surgem da experiência vivenciada.



A função de facilitador é bem ampla. Na verdade, os nós da rede manter-se-ão pelo trabalho dos facilitadores no espectro de exigência factual que for cometido a cada um, para dar sustentabilidade. Aqui há a importância da capacitação, do reconhecimento de competências e habilidades individuais, de potencial para criar sinergia e interação do *modus operandi* do organismo reticular. Bernardo Toro define facilitador, como a pessoa que tem:

[...] por seu papel social, ocupação ou trabalho, a capacidade de re-adequar as mensagens, segundo circunstâncias e propósitos, com credibilidade e legitimidade, é uma pessoa que tem público próprio, que é reconhecido socialmente, que tem a capacidade de **negar, transformar, introduzir e criar sentidos** frente a seu público, **contribuindo para modificar suas formas de pensar, sentir e atuar**” (apud AMARAL, 2003, grifo do autor).

Para Inojosa a idéia de mobilização de outros parceiros reclama uma personalidade que poderia ser denominada como o reeditor da rede. Pode-se dizer que para ela, o reeditor da rede seria esse ator capaz de recriá-la para o seu público, como se o fenômeno estivesse ocorrendo naquele instante, com a mesma sinergia e emoção que o grupo inicial foi capaz de sentir ao definir a sua missão. (1999, p. 14).

A última característica que nos parece importante realçar em relação ao ator de rede social, notadamente nas redes locais (que se liga também a questão geográfica), é o **aspecto presencial do ator**. É claro que há redes virtuais onde é impossível a presença física do ator, mas também é certo que quando a rede é presencial, a possibilidade de conectividade da rede cresce significativamente. Kuriki et al (2006) assim comenta a questão presencial:

A rede social que contempla encontros presenciais periódicos aprofunda suas discussões, enriquece a diversidade de assuntos, visões e perspectivas e alavanca possibilidades de formação de sub-redes. O encontro presencial favorece a apropriação pelo participante tanto do espaço público, como do espaço da própria rede. Segundo Amaral (2004), é o presencial que dá densidade à rede.

Como já abordado à fl. 31, o contato mais dérmico entre os atores de redes sociais exige proximidade geográfica. Disso decorre também a dificuldade de interconexão de redes locais com o contexto global a que Sherer-Warren nos reporta (2005, p. 22). Tal aspecto ainda irá merecer melhor detalhamento pela literatura especializada.

## 5) A VILA CHOCOLATÃO E A SUA REDE SOCIAL

Administrativamente, para o Tribunal Regional Federal, a Vila chocolateira entrou oficialmente no rol dos problemas em meados de 2004, quando a primeira ação concreta foi levada a efeito no sentido de reassentar as pessoas em outra área (anexo 1). Mas somente um ano após àquela iniciativa é que a administração resolveu participar ativamente, montando um projeto que contemplasse, pelo menos, moradia e geração de renda. Mais tarde, à esta postulação, foi agregada a idéia de um creche, pelo número expressivo de crianças moradoras da Vila, e um refeitório, para proporcionar, com a parceria privada, o fornecimento de refeições a R\$ 1,00 (A Empresa Vonpar estuda a viabilidade de abrigar esta parte do projeto, bem como a construção de um galpão de reciclagem) e que, ainda, serviria de sala multidisciplinar, para capacitação, treinamento, reuniões, lazer, etc. A continuidade de ações que promovam tais políticas públicas também é missão da rede. A idéia macro era de que a comunidade pudesse morar e trabalhar em sistema cooperado, garantindo-se sustentabilidade pela geração de renda e educação da higiene, do trabalho, do convívio, da solidariedade etc.

Com essas medidas, o TRF abandonou a solução eminentemente judicial (a Advocacia Geral da União foi instada a interpor ação reivindicatória de posse que tramita junto a 5ª Vara Federal de POA/RS, processo nº 2000.71.00.000973-1) e deu início a providências administrativas de suporte à solução.

O trabalho foi atribuído a um coordenador designado em tempo integral. Os contatos realizados formaram um grupo com diversos órgãos públicos, empresas públicas, moradores da Vila, pessoas voluntárias, órgãos da prefeitura, ONGs e OSCIPS. O projeto nasceu com proposta definida, a qual todos se engajaram.

A rede maior originou-se da trama de redes menores, uma com o coordenador, e outra com um voluntário engajado em ações sociais (Sr. Vilson Velasque). O primeiro, iniciou os contatos com a Justiça Federal, Gerência do Patrimônio da União, Gerência da Caixa Econômica, lideranças da Vila (na época por intermédio de um servidor da Justiça Federal – Marcos Vinícios - que fazia assistência voluntária na Vila), Secretaria da Receita Federal, Ministério Público Federal e DEMHAB. Concomitantemente, Velasque iniciava a aproximação com os moradores da Vila, com o SERPRO, a Assessoria do Gabinete do Prefeito e o próprio TRF. A conexão entre os dois não tardou e os trabalhos então foram mantidos conjuntamente. Após, viria a ser convidada a compor a parceria, pela Assessoria do Gabinete do Prefeito, uma ONG (IDUS) com o escopo de dar agilidade a construção e

execução do projeto. Em agosto, nas dependências do SERPRO, estavam presentes duas dezenas de pessoas de diversas instituições, debatendo as ações e contribuições que cada um poderia dar (ata nº 03 – anexo 5).

O marco determinante do início dos trabalhos em rede foi a realização de um censo na Vila, com treinamento de voluntários nas dependências do TRF e ministrado pelos servidores do IBGE, que foi realizado através de formulário (anexo 6) desenvolvido por estes técnicos após proposta debatida no grupo e com os moradores da Vila (**Figuras abaixo**).

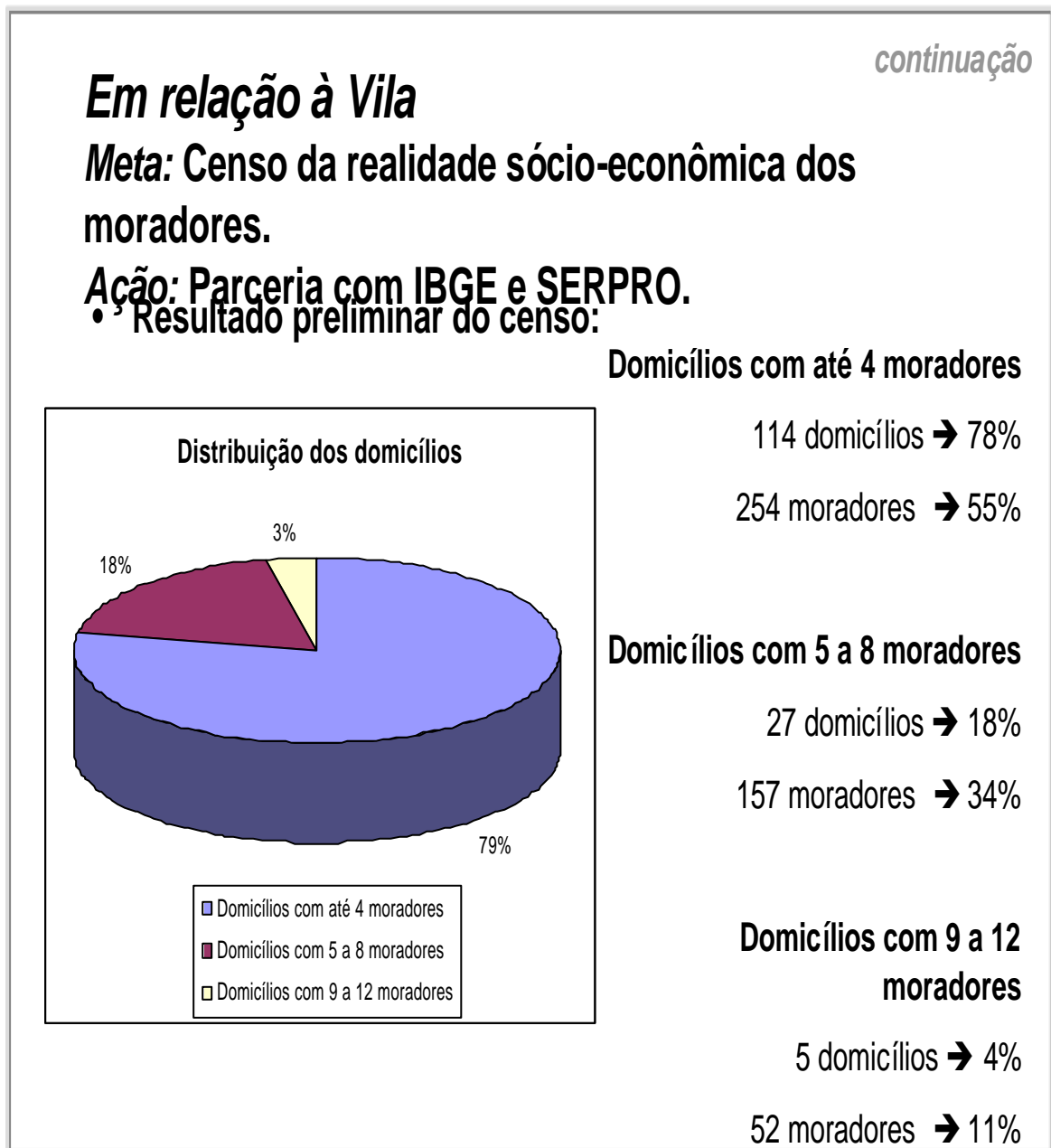
#### REUNIÃO COM OS MORADORES DA VILA



#### TREINAMENTO DO IBGE NAS DEPENDÊNCIAS DO TRF



Com os dados do censo, o SERPRO ficou encarregado de desenvolver um programa para gerar relatórios com objetivo de orientar as políticas que seriam realizadas na Vila. Com os dados preliminares foi montado o **Quadro abaixo**:



Após, processados os dados, foram geradas as seguintes **Tabelas:**

**Censo Vila Chocolate – PORTO ALEGRE/RS** 27/06/2006 09:02:30  
**Número de Moradores por Família e Totais de Famílias** Rel K 1/1

**Nº Total de Moradores** 465  
**Nº de Famílias** 145

<u>Nº de Moradores por Família</u>	<u>Total de Famílias</u>
1	42
2	31
3	19
4	22
5	12
6	6
7	6
8	1
9	1
10	2
12	1
14	1
15	1

**Censo Vila Chocolate - PORTO ALEGRE/RS** 27/06/2006 09:23:50

**Faixa Etária dos Moradores** Rel M 1/1

**Nº Total de Moradores:** 465

<b>Faixa Etária</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
<b>Pré-escolar 0 - 6 anos</b>	51	54
<b>Escolar 7 - 14 anos</b>	36	47
<b>Adolescente 15 - 24 anos</b>	36	44
<b>Adulto 25 - 59 anos</b>	36	69
<b>Idoso 60 anos e +</b>	9	4
<b>Todos</b>	<b>247</b>	<b>218</b>

**Censo Vila Chocolateão - PORTO ALEGRE/RS** 27/06/2006 09:05:57**Escolaridade dos Moradores** Rel G 1/1

<b>Nº Total de Moradores:</b>		465
<b>13. Sabe</b>	<b>Sim</b>	303
	<b>Não</b>	162
<b>14. Frequenta escola ou creche:</b>	<b>Sim</b>	113
	<b>Não</b>	352

**15. Última Série/Grau concluído com aprovação** **Total**

C - 3ª Série Ensino Médio	2
B - 2ª Série Ensino Médio	3
A - 1ª Série Ensino Médio	3
8 - 8ª Série Ensino Fundamental	25
7 - 7ª Série Ensino Fundamental	16
6 - 6ª Série Ensino Fundamental	29
5 - 5ª Série Ensino Fundamental	45
4 - 4ª Série Ensino Fundamental	34
3 - 3ª Série Ensino Fundamental	25
2 - 2ª Série Ensino Fundamental	21
1 - 1ª Série Ensino Fundamental	10

<b>IDADE</b>	<b>Nº PESSOAS</b>	<b>IDADE</b>	<b>Nº PESSOAS</b>	<b>OBS.</b>
<b>00-----</b>	<b>10</b>	<b>09-----</b>	<b>11</b>	
<b>01-----</b>	<b>14</b>	<b>10-----</b>	<b>10</b>	
<b>02-----</b>	<b>18</b>	<b>11-----</b>	<b>09</b>	
<b>03-----</b>	<b>16</b>	<b>12-----</b>	<b>05</b>	
<b>04-----</b>	<b>12</b>	<b>13-----</b>	<b>10</b>	
<b>05-----</b>	<b>18</b>	<b>14-----</b>	<b>06</b>	
<b>06-----</b>	<b>16</b>	<b>15-----</b>	<b>08</b>	
<b>07-----</b>	<b>14</b>	<b>16-----</b>	<b>08</b>	
<b>08-----</b>	<b>14</b>	<b>17-----</b>	<b>06</b>	

### 5.1) OS ATORES DA REDE E SUAS RELAÇÕES INTERNAS

Com mais ou menos participação, conforme demonstra o **Quadro** que segue, foram as seguintes pessoas/instituições que estiveram envolvidas na parceria do projeto, (os atores serão identificados pelos números):

1. Wilson Velasques	8. Justiça Federal	15. OSCIP DA CEF	22. Patrim.da União,
2. Ary e Ozi (adv.)	9. TRF-4ª R	16. Asses.Gab.Pref	23. Proc.da Rep
3. M&I, sol.emp	10. SERPRO	17. ONG – IDUS	24. SRF
4. FASC <sup>19</sup>	11. SMDHS, <sup>20</sup>	18. DECA, <sup>21</sup>	25. DEP, <sup>22</sup>
5. AMCAP <sup>23</sup>	12. Polícia Civil	19. Servidor-IBGE	26. DMAE, <sup>24</sup>
6. DMLU <sup>25</sup>	13. SMOV, <sup>26</sup>	20. SMAM, <sup>27</sup>	27. DEMHAB, <sup>28</sup>
7. Defesa Civil	14. Ases.Prim.Dama	21. SMCPGL, <sup>29</sup>	28. OSCIP – ACM.

Incluímos somente notas das siglas municipais;

No IBGE há referência aos servidores porque a instituição não esta formalmente representada;

Foram alinhados alguns contatos com a Secretaria Municipal da Saúde, notadamente na seção de zoonose, mas ainda não foram alinhadas ações conjuntas;

A Vonpar (já fornece os refrigerantes para as festas na Vila) e a Goldsztei estudam outras formas de colaboração com o projeto;

A Cúria Metropolitana junto com a Igreja Evangélica são parceiros em outra rede que atenderá as pessoas moradores de rua, incluindo as crianças da chocolateira.

A maior parte dos atores tem função definida pelos seus próprios conteúdos de trabalho. Assim, os voluntários (2) trataram, por exemplo, da montagem da AMCAP; as

<sup>19</sup> Fundação de Assistência Social e Cidadania;

<sup>20</sup> Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança;

<sup>21</sup> Departamento Estadual da Criança e do Adolescente;

<sup>22</sup> Departamento de Esgotos Pluviais;

<sup>23</sup> Associação das Mães Carrinheiras Anjos da Preservação;

<sup>24</sup> Departamento Municipal de Água e Esgoto;

<sup>25</sup> Departamento Municipal de Limpeza Urbana;

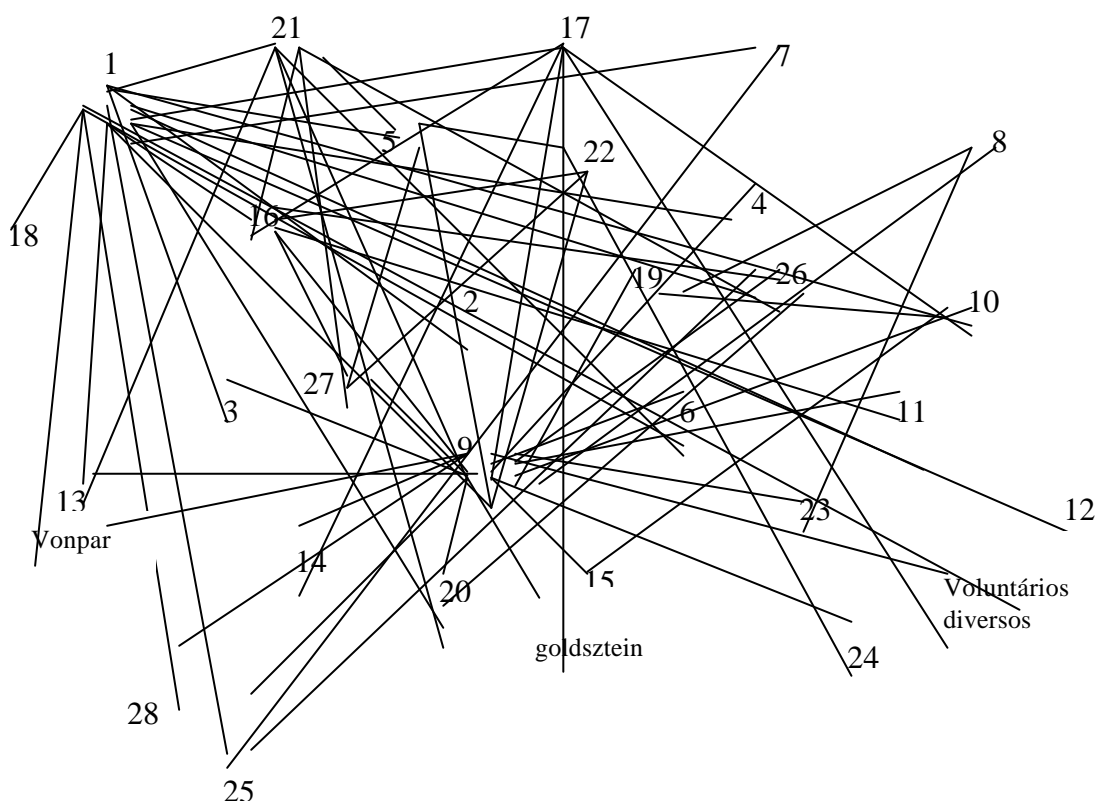
<sup>26</sup> Secretaria Municipal de Obras e Viação;

<sup>27</sup> Secretaria Municipal do Meio Ambiente;

<sup>28</sup> Departamento Municipal de Habitação;

peças do (21), da drenagem da água acumulada pelas chuvas; o (24), da limpeza do local; etc. Por outro lado, o (3) atua tão-somente nas festas das crianças; o (5), auxilia na organização da vila e colabora na limpeza em dia de eventos e compõe o orçamento participativo; os (14 e 4), com alimentos; o (15), como potencial parceria para inclusão digital; o (24), passando casas de fibra apreendidas para auxiliar no projeto ou para cadastramento do CPF; o (22), encaminhando os expedientes e processos de cessão de área para assentamento da Vila; o (27), elaborando projeto de casas para execução com o financiamento da CEF. Em todas as datas festivas a Vonpar tem sido parceira com o fornecimento de refrigerantes e estuda a possibilidade de fornecer bandeijão de comida a R\$ 1,00, quando houver o reassentamento. A Goldsztein estuda a possibilidade de financiar a creche.

A conexão inicial entre cada ator pode ser representada pela **figura** abaixo:



O sentido da seta busca identificar da onde partiu o contato. Quando há confusão de sentido é porque o elo foi firmado conjuntamente. O número de pontos com que cada ator se conecta pode ser visualizado por intermédio do seguinte **quadro de pontos**:

<sup>29</sup> Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local.



<b>01.</b> 21 pontos,	<b>08.</b> 03 pontos,	<b>15.</b> 02 pontos,	<b>22.</b> 06 pontos,
<b>02.</b> 01 ponto,	<b>09.</b> 24 pontos,	<b>16.</b> 09 pontos,	<b>23.</b> 02 pontos,
<b>03.</b> 02 pontos,	<b>10.</b> 05 pontos,	<b>17.</b> 07 pontos,	<b>24.</b> 02 pontos,
<b>04.</b> 02 pontos,	<b>11.</b> 04 pontos,	<b>18.</b> 01 ponto,	<b>25.</b> 04 pontos,
<b>05.</b> 06 pontos,	<b>12.</b> 01 ponto,	<b>19.</b> 03 pontos,	<b>26.</b> 06 pontos,
<b>06.</b> 03 pontos,	<b>13.</b> 03 pontos,	<b>20.</b> 04 pontos,	<b>27.</b> 05 pontos,
<b>07.</b> 02 pontos,	<b>14.</b> 02 pontos,	<b>21.</b> 10 pontos,	<b>28.</b> 02 pontos.

Os pontos relativos à Vonpar, Goldsztein e voluntários diversos não entraram na contagem.

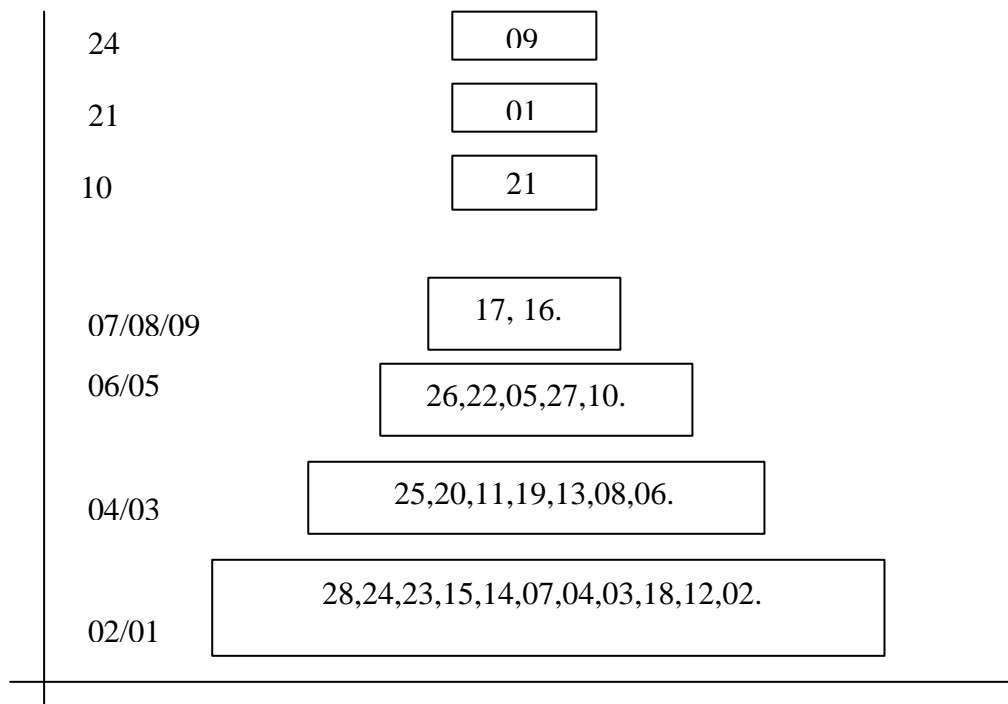
A participação dos moradores da Vila está representada pelo ator nº 05, que além do contados demonstrados na malha, opera também através da participação direta no orçamento participativo do Município, sendo que após iniciado o trabalho da rede, a representante da AMCAP foi eleita suplente do Conselho do Orçamento. Já a participação do ator nº 01 é no sentido de sensibilizar pessoas e, assim, fomentar a captação de novos parceiros. Ele realiza a divulgação do trabalho e mantém hígidez nos elos pessoais. Após o início dos trabalhos, foi convidado a compor o grupo de coordenação civil da segurança do centro de Porto Alegre. Esses espaços políticos foram ocupados em razão do trabalho da rede.

O ator nº 09 é representado não só pelo Coordenador, mas por diversos outros técnicos. Mantém os registros e controles, abre parcerias institucionais, mantém a solidez destes elos (os personagens internos mudam nas instituições), alinha as condutas para o objetivo proposto, intermedeia ações e faz circular as informações pertinentes ao todo e a cada ator da rede, diretamente ou de forma indireta. Os atores nºs 02, 09, 10, 19, 22, 27 e 28 formam um corpo técnico multidisciplinar que participam nas atividades voltadas a área do Direito, Sociologia, Assistência Social, Engenharia e Arquitetura.

Como a natureza da composição de redes é dinâmica, multifacetada, a situação representada na malha é um retrato inicial. Hoje já não participam alguns atores de bastante conectividade, a exemplo do nº 17 que por incompatibilidade de interesses não mais contribui com seu trabalho, ou o ator nº 28 que foi desligado pela Prefeitura dos programas voltados as crianças do centro e agora estão realinhando suas condutas. Por outro lado, vieram parcerias como os INCRA e a ONG SOLOS, entre outras, que se alinharam e executaram algumas

ações. Há, também, outras redes conectadas, como as coordenadas pelas Igrejas Católica e Evangélica. Ingressou ainda com uma proposta de permuta de áreas (uma primeira área da União de 14.000 m<sup>2</sup> – “A”, aforada especificamente para o reassentamento da Vila Chocolateão, por outra área de 33.000 m<sup>2</sup> – “B”, adquirida especificamente para permutar com a primeira), a empresa Zamprognna, pois a área “A” é lindeira da empresa. Tendo tomado conhecimento do projeto, a referida empresa abriu a possibilidade de treinamento de pessoas da vila no seu campo de atuação.

Retomando a análise dos dados, é certo que não se pode falar em hierarquia no que pertine ao trabalho em rede, mas é possível verificar uma concentração funcional do sistema. Assim, pelos pontos de menor conectividade para os de maior, observamos um pirâmide de atores (**Figura abaixo**):



É perceptível a hiperconexão dos atores do topo da pirâmide. Talvez, o êxito do trabalho da rede da Vila Chocolateão esteja justamente no fato de haver realmente dois pontos hiperconectados e uma base sólida com menos conexão. Isso, sem dúvida, facilita a coordenação. Mas, parafraseando Inojosa, há a idéia-força da rede, sua missão, que é a construção de casas e a possibilidade de geração de renda e tal possibilidade do projeto é real para a rede. O cuidado exigido aqui, na realidade, é de apenas não se permitir personificação

da rede pelos atores hiperconectados, pois na rede há interdependência e descentralização, sem a qual não existe. Com o gráfico acima não se pretende contrariar Capra quanto à impossibilidade de funcionamento piramidal em estruturas reticulares, mas sim que o exercício da multiliderança pode não ser um diferencial que se destaque em todos os atores. No presente caso, a rede tem assim funcionado de forma satisfatória e mesmo não tendo sido o projeto definido solidariamente. É que, por outro lado, nesta rede se aprende fazendo, existe confiança recíproca, compartilhamento de valores, investimento em lideranças, etc (v. p. 39 - Rossetti, 2005). Veja-se que além de vizinhos, a proximidade da Vila passa pela aproximação afetiva, tanto que não passam dadas festivas como o dia da criança, páscoa e natal, sem que haja alguma comemoração.

Também não se pretende super valorizar as hiperconexões, até porque outros elementos melhor qualificam a legitimidade do ator. Veja-se, por exemplo, o caso do ator nº 19, que foi o coordenador e supervisor de toda a ação relativamente ao censo e, conjuntamente com o ator 10 produziu tecnicamente o banco de dados e os diversos relatórios necessários a visualização da Vila. Assim também o ator nº 27 que coordena e executa os projetos arquitetônicos do empreendimento, sendo neste caso apenas auxiliado pela equipe de engenharia do ator nº 09. Essa característica de multiliderança tão nítida no caso é característica típica do trabalho em rede.

Porém, é inegável que muitas vezes é identificável a centralidade em relação às ações atribuídas aos atores 09 e 01. Disso, surge a pergunta: seria a rede dissolvida no caso desses atores não mais participarem? A resposta parece estar em outra pergunta: em que momento poderiam os atores 09 e 01 se retirarem do projeto, tendo em vista que a trama da rede iniciou por intermédio deles. A resposta deverá estar no quanto a idéia-força foi assumida por cada ator e no dinamismo organizacional. Quanto ao projeto, já esta introjetado nos atores, então mesmo que com um prejuízo inicial, a saída dos pontos hiperconectados não impediria a rede de atingir seus objetivos. Quanto ao dinamismo, devemos lembrar, na lição de Castells, que a rede é aberta, proporcionando o ingresso e a retirada de atores. A transitividade, a auto-regulação, a não linearidade e a possibilidade de recuperação dos contatos pela tese dos 06 graus de separação que a rede possui, impossibilitaria a sua dispersão. Na verdade, apesar da **densidade da rede ser atualmente de aproximadamente 19%** (v.fórmula p. 29), só na busca do ator 21 em promover para o centro de **Porto Alegre, o “Programa de Governança Solidária Local”, pela transitividade**, já irá redimensionar o funcionamento da rede, melhorando seu **capital social**. Tenha-se presente que a rede é local, pequena, pouco densa,

heterogênea, intergovernamental e interorganizacional e por isso tudo é capaz de mudar em muito a sua forma de funcionamento, pois enquanto a rede pulsar, seus movimentos entrecruzados promoverão uma interação exponencial em lógica não linear. Além disso, é possível que os espaços políticos ocupados e a ampliação por conexão em outras redes, se Capra esta correto no comparação com os seres vivos, promovam a solidariedade de redes a ponto de gerar o que Mance caracteriza como autopoiese, i.e., a capacidade de autoprodução ou, no caso, a capacidade de recomposição num sistema onde se é ora produtor, ora produto. (Mance, 1998). Sobre autopoiese, no grupo de debates “diariodebordo” na internet, comenta-se que Maturana e Varela usaram o termo pela primeira vez na literatura internacional, em 1974, explicando:

Um sistema autopoietico é organizado como uma rede de processos de produção (transformação e destruição) de componentes que produzem componentes; que continuamente se regeneram e realizam uma nova rede de processos e relações, produzindo, através de suas interações e transformações; uma unidade concreta no espaço no qual eles (os componentes) existem. O sistema autopoietico especifica o domínio topológico de sua realização como propriamente uma rede, ou seja como propriamente um processo de auto-regulação. (MATURANA e VARELA, 1980)<sup>30</sup>

Atualmente as ações estão distribuídas na forma do seguinte **quadro**:

Projeto de infra-estrutura da área e projeto arquitetônico das casas e galpão de reciclagem:
Responsabilidade do ator nº 27 com o apoio técnico quando solicitado no ator nº 9
Projeto arquitetônico da Creche e captação de financiamento para este fim:
Responsabilidade do ator nº 09 e, possivelmente, da empresa Goldsztein
Formalização da permuta da área “A” pela “B”:
Responsabilidade do ator 22 com o apoio do nº 9, 27 e 21.
Manutenção do contato diário com os problemas da Vila:
Responsabilidade dos atores nºs 1, 4, 9, 11 e 21.
Manutenção das festividades:
Responsabilidade dos atores nºs 1, 9, 3 e, as vezes, o 10 e a ONG SOLLO.

<sup>30</sup> Diariodebordo – [http://www.pgje.ufrgs.br/alunos\\_esp/esp/lucia/public\\_html/diariodebordo.htm](http://www.pgje.ufrgs.br/alunos_esp/esp/lucia/public_html/diariodebordo.htm)

## 5.2) A GESTÃO DA REDE E DA INFORMAÇÃO

O planejamento, mesmo que básico, é necessário para qualquer gestão. A gestão de redes locais, além dos pontos indicados à página 31 e das questões pertinentes aos aspectos presenciais dos atores, comporta as seguintes perguntas: por que fazer?; o que fazer?; como fazer?; quando fazer?; quem fará?; são perguntas que devem estar alinhadas na percepção, senão de todos, mas principalmente dos que se encarregam da coordenação, pois sem essa orientação qualquer debate torna-se pueril. As três últimas perguntas no caso da Vila Chocolate são recorrentes e são distribuídas conforme a temática da questão. A partir da temática e a escolha de quem ficará encarregado, o cronograma do que fazer é do grupo ou ator responsável. O ator nº 9 acompanha tal cronograma e sua execução, instigando seus responsáveis ao cumprimento da pauta e, se necessário, auxiliando com outros recursos ou contatos. O ator nº 01 também faz esse apoio às execuções de algumas tarefas. O ator nº 21 tem sempre se aproximado nessas execuções, mas sem assumir um papel característico.

Segundo Ayres, a gestão de redes pode encontrar barreiras políticas, técnicas ou internas. Os problemas políticos surgiram pela forma do exercício da liderança entre seus participantes. No presente caso, a saída do ator nº 17 se deu por problemas políticos de polarização e personificação das ações e só não houve um prejuízo maior, porque os atores 01, 09 e 27 compensaram o funcionamento da rede até que as ações fossem redistribuídas.

Quanto às possíveis barreiras técnicas, como a rede é local e de pequeno porte, a base de comunicação foi por meio de celulares e e-mail, não sendo necessário o desenvolvimento de uma plataforma de comunicação baseada na web, como não raras vezes ocorre. O único sistema desenvolvido pela rede refere-se à base de dados do Censo que foi realizado para a Vila, mas nesse caso a utilização se dá por técnicos aptos a operar tal sistema, não oferecendo maiores dificuldades. Por outro lado, tal ferramenta não está disponível a todos os atores e este é um ponto de concentração indesejável no caso de formações reticulares. Os registros da rede estão concentrados no ator nº 09. Uma estratégia de gestão é o uso constante de feedback em cada ação, com todos os atores. Isso estabiliza as relações internas e produz segurança de objetivos e ações.

Em relação às barreiras internas, ocorre por vezes que alguns atores têm dificuldade de entender a dinâmica de funcionamento de uma rede de organizações. Ayres indica problemas como a falta de direcionamento estratégico onde os atores tenham claro os objetivos e interesses

organizacionais; a falta de tempo também é indicada como barreira interna; e as prioridades em outras atividades mais urgentes. Tais aspectos não foram obstáculos até a presente data, possivelmente porque os atores 01 e 09 estão com dedicação integral ao projeto.

Um bom indicativo na questão da gestão é responder as perguntas propostas por Silva (2006) na sua forma de monitorar e avaliar as redes:

### **Quais são os objetivos da rede?**

Concretizar o reassentamento da Vila Chocolateão, com construção de residências (em nome da mulher que é normalmente o sustentáculo que permanece no núcleo familiar) e área de trabalho própria para a seleção de materiais reciclados (na idéia de trabalho cooperativado), com oferta de refeição num refeitório multidisciplinar (funções também de reunião, capacitação etc) e construção de creche estruturada para suas mais de 110 crianças (a manutenção deverá ser subsidiada pela Prefeitura conforme programa já existente para esse fim).

### **Que valores fundamentam a articulação?**

Há uma diversidade cultural grande na Vila Chocolateão. São pessoas de diversas origens, havendo até mesmo estrangeiros. Hábitos e cultura divergentes tem ocasionado problemas de gestão. Percebendo tais diferenças tão acentuadas e arraigadas, tomou-se como bandeira mestra da rede os princípios os valores colocados pela ONU, conforme **quadro** abaixo:

## Objetivos do Milênio

**fixados pela ONU e subscritos pelo Brasil entre 189 países com metas a serem alcançadas até 2015.**

- 1) *Erradicar a extrema pobreza e a fome;*
- 2) *Atingir o ensino básico universal;*
- 3) *Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;*
- 4) *Reduzir a mortalidade infantil;*
- 5) *Melhorar a saúde materna;*
- 6) *Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;*
- 7) *Garantir a sustentabilidade ambiental;*
- 8) *Estabelecer parcerias para o desenvolvimento.*










*Símbolos dos Objetivos do Milênio definidos pela ONU*

### **Quando surgiu e como vem se desenvolvendo?**

A rede surgiu em meados de agosto do ano de 2005. Seu desenvolvimento se dá com bastante agilidade se considerada a dimensão do projeto. Tal capacidade de aglutinar esforços tem como pivô a atuação do TRF que pela sua força institucional é capaz de transitar entre os órgãos federais e municipais, além de oferecer apoio logístico a rede, viabilizando o seu funcionamento. Hoje, cremos, mesmo sem o TRF, o projeto teria seguimento, pois a idéia-força está agendada como prioridade entre os atores e estes possuem recursos pessoais e coletivos para manterem e desenvolverem mais ainda a proposta. Alguns atores esperam que tal atuação seja um modelo padrão mínimo de objetivos a ser alcançado em casos análogos.

### **Como trabalha? Com que recursos?**

No início houve uma grande concentração de reuniões do grupo, nas salas e auditórios do TRF, SERPRO E IBGE, com adesão de novos atores e debates de estratégia, sem que outros contatos com os órgãos públicos fossem prejudicados. Atualmente só há reunião para ajuste de ações de atores específicos ou por solicitação de outros componentes para esclarecimentos coletivos. O trabalho de secretaria é basicamente desenvolvido pelo ator nº 9 e os trabalhos técnicos são desenvolvidos conforme a exigência de conhecimento da área. Até o momento não há deficiência de técnicos para execução das tarefas, nem de voluntários para outras ações. Os recursos são os próprios de cada ator e contribuições de algumas empresas em questões pontuais. Quando há recursos financeiros, inicialmente eram geridos pela ONG IDUS e, atualmente pela ONG SOLLO, mas normalmente as doações são de alimentos, refrigerantes, impressoras, computadores, mesas, cadeiras (estas últimas com o objetivo de dar início a inclusão digital na Vila). Com os recursos que cada órgão podem disponibilizar (notadamente os órgãos federais e o DEMHAB), o diferencial está no capital social construído na rede.

### **Como os diversos pontos se comunicam e com que periodicidade?**

Tal questão já restou respondida alhures. Quanto ao uso de TIC's, os principais meios são comunicação oral por telefone fixo ou celulares, por mensagens, e-mail ou mesmo se valendo da mídia. Há também constante contato, quase que diário, com os moradores da Vila em sistemáticas visitas e contato frente-a-frente que robustecem a confiança. Também com os órgãos públicos, a preferência é pelo contato pessoal, pois a prática vem

demonstrando que a adesão de parceiros exige, primeiramente, a aproximação física para que se estabeleça uma boa comunicação.

### **Existem pactos de convivência/padrões de relacionamento entre seus membros?**

Em relação aos moradores da vila, além das visitas constantes, há as comemorações em datas festivas. Mas, apesar disso, é perceptível que mesmo as lideranças se colocam na rede numa posição de hiposuficiência e, paradoxalmente, assumem posições intempestivas que até prejudicam o andamento dos trabalhos. Normalmente tal postura é debatida mas relevada, a conta da pressão que o risco social vivenciado impõe ao moradores (é um trabalho de política social que deverá ser implementado por técnicos e voluntários). Quanto aos outros atores, há uma proximidade grande de convivência, respeito e forte parceria entre alguns elos como os atores nº 01, 09, 10, 16, 19, 22, 25 e 27. No entanto, tal proximidade não exclui um relacionamento bom entre os outros, só há mais contatos e convivências entre esses parceiros.

### **Os interesses, compromissos, atitudes e motivações visam o coletivo e a causa?**

Não mais das vezes, sim. Ocorre que há órgãos com agenda extensa, não sendo o projeto da rede o seu foco essencial em alguns momentos. Na Vila Chocolatão, a participação como fomentadores dos atores 1 e 9 são o diferencial, pois estando *full time*, podem agilizar ou priorizar o andamento das ações. Há de se considerar aqui que o crescimento não linear, natural em redes, gera, pela transitividade, inter-relações diretas e indiretas, mesclando desta forma interesses variados, mormente quando há conexão de duas redes onde a idéia-força é bem definida, alterando o foco que estava de início na causa de uma e outra rede. Nesta circunstância, tal heterogeneidade jungida à causa deve ser tratada numa acepção multisetorial que, através da polivalência da liderança que está conduzindo à conexão, seja capaz de compor tais variados interesses sem, contudo, perder o foco de nenhuma das redes. Isso normalmente acaba exigindo que o ator encarregado de resolver a dificuldade venha a compor ambas as redes, situação bastante comum quando se trata de redes locais. Tal conexão também é bem viável porque nem sempre as redes estarão atuando conjuntamente, mas nas ações cuja os interesses lhes são comuns.

De forma ampla, podemos afirmar que, não obstante a informalidade empregada na gestão da rede social relativa à Vila Chocolatão, bem como o uso singular de poucos aparatos para o fluxo da informação, pela condição de rede local e com atores muito próximos



geograficamente, tem-se alcançado os objetivos propostos pelo consenso do grupo de forma bastante satisfatória, sem maiores atrasos se considerado que seu funcionamento conta com pouco mais de um ano de existência e já possuímos a área para o reassentamento, a verba orçamentária para a construção do galpão de reciclagem, fortes perspectivas quanto a creche e o refeitório, sem contar outras ações pontuais como providencias para documentação, assistência em caso de óbitos ou mesmo quanto as festividades levadas a efeito todos os anos.

## 6) CONCLUSÃO

Gostaríamos de iniciar as conclusões, não respondendo as perguntas propostas por Inojosa em fls. Infra, mas tomando-as como referencial para avaliação da rede social da Vila Chocolatão. As perguntas são as seguintes:

### 1) Qual é o caráter da participação nas redes de compromisso social – integrador ou transformador?

A participação em redes tanto integra quanto transforma. Já tivemos a oportunidade aqui de enfrentar tal questão no estudo dos movimentos sociais. Estes não são obrigatoriamente transformadores da sociedade, mas um dos meios possíveis de transformação. No entanto, a integração é de rigor nas redes de compromisso social, sob pena de não se caracterizarem como tal. Porém, mesmo numa rede local, como é o presente caso, percebe-se uma conformação de parceiros e espaços públicos e políticos se formando de maneira diferenciada, onde a demanda do Estado é substituída, pelo seu ingresso na rede, por “ouvidos estatais”, adquirindo-se assim um novo fôlego para a maratona social, na qual a vitória é concluir o percurso (atingir a missão). Assim, internamente o caráter de participação é integrador, mas externamente o objetivo é de transformação da realidade social.

### 2) Quais são as perspectivas de estabilidade desse tipo de rede?

Novamente, a questão deve ser vista em cada caso. Numa rede regional, nacional ou maior, a estabilidade da rede dependerá dos mecanismos de gestão e do aparelhamento que a rede exige. Assim como Fuller interliga a comunicação à sobrevivência do ser humano, para a rede, o uso das TICs é, neste caso, também questão de sobrevivência. Mas o ponto central da estabilidade é conseguir manter o foco dos atores na missão e para isso as ferramentas utilizadas no planejamento estratégico podem ser úteis à estabilidade da rede. Naturalmente que a rede sendo um organismo aberto fica mais suscetível a instabilidades, mas o aspecto da não-linearidade, acompanhado da auto-regulação das redes e do incremento da transitividade (podendo se verificar autopoiese) como mecanismos naturais da dinâmica organizacional, são capazes de dar estabilidade ao sistema reticular.

### 3) Como se dá a mobilização nas redes de compromisso social?

Sem dúvida esta é uma das questões mais difíceis de se resolver. Inicialmente é possível a realização de eventos, exposição para convidados, visitas, chamamento pela mídia etc. Na Vila Chocolatão a mobilização se deu basicamente com visitas e exposição

da idéia-força. Por outro lado a capacitação dos atores é elemento importante para a estruturação em rede. Sob este aspecto, transcorria no TRF o curso de pós-graduação em administração pública. Já a Secretaria Municipal de Governança treinava funcionários para as operações em rede. O IBGE e o SERPRO disponibilizaram técnicos acostumados com esta modalidade de funcionamento. Além disso, haviam voluntários com imenso conhecimento prático e teórico como o Sr. Velasque que, inclusive, foi um dos fundadores dos “parceiros voluntários”. Tais aspectos trouxeram mecanismos técnicos para o funcionamento da rede, ainda que não formalmente. Segundo Toro: “mobilizar é convocar voluntários a um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados.” (apud INOJOSA, 1999, p. 13).

Registre-se que as articulações mais comuns dos movimentos em rede ou são sistemáticas, desenvolvido a partir de consensos e demandas estratégicas, ou livres, desenvolvidas por necessidades pontuais. Estas últimas caracterizam melhor a situação da rede da Vila Chocolatão e tal informalidade, numa rede local, pode evitar tensões na mobilização dos componentes.

#### **4) Qual é o papel da reedição nas redes de compromisso social?**

O reeditor para Inojosa não é um simples multiplicador ou um reproduzidor de idéias, é alguém capaz de modificar as formas de pensar, sentir e atuar de seu público. Na Vila Chocolatão os atores nºs 01, 09, 27 e 05 fazem esse papel de reedição, conseguindo mesmo manter por todo o período trabalhado a missão da rede agendada na mídia. A reedição consiste em manter hígida a idéia-força no espraiamento multidimensional das redes. No caso de redes sociais locais, a dimensão da rede é naturalmente mais reduzida e a sua reedição ocorre com possíveis atores que já possuem uma maior proximidade do problema.

De todo o exposto, concluímos, primeiramente, que a rede da Vila Chocolatão é uma **rede social, orgânica, operacional, local e de temática específica**. **Rede social**, porque surgiu da percepção de um problema que colocava em risco o equilíbrio da sociedade ou a perspectiva de desenvolvimento social e disso surgiu um grupo que possui as seguintes características: a) objetivos compartilhados; b) múltiplos níveis de organização e ação; c) dinamismo e intencionalidade dos envolvidos; d) coexistência de diferentes; e) aparato informacional, ainda que singelo; f) empoderamento dos participantes; g) desconcentração do poder; h) multi-iniciativas; i) tensão entre estruturas verticais e processos horizontais; j) tensão entre comportamentos de competição e cooperação e compartilhamento; l) composição multi-setorial; formação permanente; m) ambiente fértil para parcerias, oportunidade para

relações multilaterais; n) evolução coletiva e individual para a complexidade; o) configuração dinâmica e mutante.

É também uma **rede orgânica**, pela autonomia e união dos parceiros em razão da solidariedade existente, convergente para uma idéia-força comum, de pluralismo organizacional e ideológico e com atuação descentralizada, que vem crescendo em sua densidade e transitividade. Já a sua situação geográfica caracteriza a **rede como local**, circunscrita basicamente a situação da própria Vila. É, também, uma **rede operacional**, pois conduz, entre outras coisas, um processo de interlocução e negociação política e de acompanhamento de políticas públicas, com atuação na defesa de direitos sociais; finalmente, trata-se de uma **rede de temática específica**, pois busca a geração de renda e sustentabilidade na inclusão de famílias que vivem da reciclagem do lixo.

Em segundo lugar, pela experiência vivenciada na Vila Chocolateiro, percebemos que na área social os resultados do trabalho em rede podem ser alcançados de forma mais efetiva desde que se mantenha o núcleo desse trabalho operando como uma rede local, onde a informação e comunicação, bem como o capital social, a importância dos valores culturais, ideológicos, a situação sócio-política, os processos políticos, o espírito de reciprocidade e cooperação, a virtude cívica, a solidariedade comunal, a geração de identidade coletiva, a sinergia da rede e seu espaço geográfico, podem ser trabalhadas com maior facilidade e de forma não tão institucionalizada, que por vezes tem sido a causa de paralisações de movimentos de redes sociais. Por outro lado, a reedição de casos como o presente, restará facilitada quando houver a aproximação de outras redes, porque não pairam dúvidas quanto a sua composição e funcionamento que se sedimenta com mais facilidade no grupo local.

A nossa proposta geral pelo estudo efetuado é de que talvez a solução estratégica dos problemas sociais passe mais por manter redes de informação em operação macro, em âmbito nacional e global, conectadas em sub-redes de espaço geográfico local e com micro funcionamento operacional. É indispensável também manter, enquanto rede, relações intergovernamentais e interorganizacionais, deixando no entanto as questões atinentes exclusivamente ao Estado para serem resolvidas na dinâmica intra-organizacional, como as garantias de direitos sociais e a sua regulação.

## Referências Bibliográficas

AYRES, Bruno. Redes organizacionais no terceiro setor: um olhar sobre suas articulações. Disponível em: <http://www.rits.org.br/acervo>. Acesso em 19 de jun. 2006.

AMARAL, vivianne. Desafios do trabalho em rede. Disponível em [http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rs\\_tmes\\_dez2002.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rs_tmes_dez2002.cfm). Acesso em 30 de agosto de 2006.

\_\_\_\_\_. Redes sociais e redes naturais: a dinâmica da vida. Disponível em [http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rd\\_tmes\\_fev2004.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_fev2004.cfm). Acesso em 19 de junho de 2006.

CARRION, Rosinha Machado et al. Residência Solidária. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2006.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede; trad. Majer, Roneide Venâncio. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 2002. 698p.

CONTRERAS, Fernando R. A semiose de gênero e imigração nas redes sociais. revista Eco-Pós, Vol.07, n.2, p. 72-87, ago.-dez. (2004) – Rio de Janeiro: ECO/UFRJ 2004.

COSTA, Larrissa et al. Redes – Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF-Brasil, 2003. 91p.

DUARTE, Jorge Carlos Silveira. Redes sociais: Uma estratégia de ação local para o desenvolvimento. São Paulo, 2000, Senac-SP. Responsável pela informação: RITS

FERRAZ Jr., Tércio Sampaio. O oficial e o inoficial. In: Falcão, J. de A. Conflito de direito de propriedade: invasões urbanas. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

FACHINELLI, Ana Cristina et. al. A prática da gestão de redes: uma necessidade estratégica da sociedade da informação. Revista Com Ciência, 2000. Disponível em: [http://www.conciencia.br/reportagens/socinfo/info\\_14.htm](http://www.conciencia.br/reportagens/socinfo/info_14.htm). Acesso em 22/11/2006.

FULLER, Lon L. *The Morality of Law*. New Haven and London, Yale University Press, 1964, 202 p.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 383p.

\_\_\_\_\_. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez editora, 2005. 120p.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003. 143 p.

GUIMARÃES, Gilberto. Responsabilidade Social. Disponível <http://www.rits.org.br/redes>. Acesso em 19 de jun. 2006.

INOJOSA, Rose Marie. Construindo futuro: transetorialidade e redes de compromisso social. In: Cavalcanti, Marly et al. Gestão Social, Estratégias e Parcerias. São Paulo: ed. Saraiva - 2006. p.239-248.

\_\_\_\_\_.Redes de compromisso social. RAP – Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro:FGV, 33 (5), p.115-141, set.-out. (1999).

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Organizações sem fins lucrativos e redes sociais na gestão das políticas sociais. In: Cavalcanti, Marly et al. Gestão Social, Estratégias e Parcerias. São Paulo: ed. Saraiva - 2006. p.195-212.

KNOOP, Joachim et al. Manual de Redes Sociales y Tecnologia. In: Colóquio Internacional de Derechos Humanos, 2, 2002, São Paulo. Traducción y publicación Fundación Friedrich Ebert Stiftung. Quito, 2003.

KURIKI, Fabiana et. al. Conceituação de redes sociais: um olhar teórico sobre duas experiências práticas. Disponível em [http://www.humanizar.com.br/paginas/redes\\_sociais.htm](http://www.humanizar.com.br/paginas/redes_sociais.htm) Acesso em 06/12/2006.

MACKE, Janaina. Programas de responsabilidade social corporativa: Em questão a contribuição para o desenvolvimento local. 2005. p. 01-13, Tese de Doutorado – PPGA/EA/UFRGS, 2005.

MANCE, Euclides André et al. Como Organizar Redes Solidárias. Rio de Janeiro: ed.DP&A – 2002. 392 p.

\_\_\_\_\_. A revolução das redes – a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Disponível em: <http://www.milenio.com.br/mance/rede.htm>. acesso em 30/08/2006.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. Revista Ciência da informação, Rio de Janeiro, vol.30, p.71-81, jan.-abr., 2001.

MELLO, Paulo Márcio. Empresa-Cidadã. Disponível em:<http://mtc2005terceirosetor.blogspot> Acesso em 13 de jun. 2006.

MELO NETO, Francisco e FROES, César. Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark ed., 2002, 208p.

POPPER, Karl R., A vida é aprendizagem: epistemologia evolutiva e sociedade aberta. Lisboa, Portugal:edições 70, LDA, 2001, 214p.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo, Editora Loyola, 3ª ed., 2005. 143p.

SCHLITHLER, Célia Regina Belizia. O processo de formação de facilitadores de redes sociais. Disponível em: [http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rd\\_tmes\\_ago2006.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_ago2006.cfm) Acesso em 19 de jun. 2006.

SILVA, Carlos Antonio. O que são redes?; Fundamentos e paradigmas das redes; Tipologia das redes; Planejando a rede; Monitoramento e avaliação de redes. Disponível em: [http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rd\\_tmes\\_ago2006.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_ago2006.cfm). Acesso em 30 de ago.2006.

TEIXEIRA FLEURY, Sonia Maria. O desafio da gestão das redes de políticas. Elaborado por ocasião do VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado Y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal. 08-11, oct, 2002. Disponível em: [http://www.lead.org.br/filemanager/download/375/sonia\\_fleury\\_desafio\\_rede\\_politica.pdf](http://www.lead.org.br/filemanager/download/375/sonia_fleury_desafio_rede_politica.pdf) . Acesso em 25/10/2006.

TEIXEIRA FLEURY, Sonia Maria e MIGUELETTO, Danielle Costa Reis e BLOCH, Renata Arruda. A gestão de uma rede de políticas: o caso do Comitê das Entidades Públicas no Combate - COEP. Elaborado por ocasião do VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado Y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal. 08-11, oct, 2002. Disponível: <http://unpan1.un.org/intrdoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044524.pdf> . Acesso em 25 de out. de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA) – Cátedra Andrés Bello. Políticas e redes de intercâmbio e cooperação em cultura no âmbito ibero-americano. Disponível em [http://www.cult.ufba.br/arquivos/texto\\_final\\_pesquisa\\_III.doc](http://www.cult.ufba.br/arquivos/texto_final_pesquisa_III.doc). Acesso em 17 de out. 2006.

VIVIANNE, Amaral. Desafios do trabalho em rede. Disponível em: [http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rs\\_tmes\\_dez2002.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rs_tmes_dez2002.cfm) . Acesso em 09 de jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Redes sociais e redes naturais: a dinâmica da vida. Disponível em: [http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rs\\_tmes\\_fev2004.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rs_tmes_fev2004.cfm) . Acesso em 19 de jun. 2006.

WHITAKER, Francisco. Rede: uma estrutura alternativa de organização. Revista Mutações Sociais, Rio de Janeiro: CEDAC, ano 2, nº 3, março – maio, (1993). Disponível em [http://www.rits.org.br/redes/rd\\_estrutalternativa.cfm](http://www.rits.org.br/redes/rd_estrutalternativa.cfm) . Acesso em 27/11/2006.